

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2020 e relatório
dos auditores independentes**

Índice

Balanços patrimoniais	3
Demonstrações dos resultados.....	4
Demonstrações dos resultados abrangentes.....	5
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	6
Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto.....	7
Notas explicativas às demonstrações financeiras	8
Relatório dos auditores independentes.....	53

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.

Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de Reais

	Nota	31/12/2020	31/12/2019		Nota	31/12/2020	31/12/2019
Ativo				Passivo			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	5.154	28.948	Fornecedores	14	93.587	73.949
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	7	212.801	140.367	Risco sacado a pagar - montadoras	15	1.870	6.581
Contas a receber	8	172.747	176.858	Empréstimos e financiamentos	16	93.099	24.964
Estoques		5.074	5.739	Arrendamentos a pagar	17	34.553	25.351
Ativo imobilizado disponibilizado para venda	10	54.223	47.294	Arrendamentos por direito de uso	18	5.862	7.231
Tributos a recuperar	9	10.428	26.663	Obrigações sociais e trabalhistas	19	25.252	27.221
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	23.3	11.898	3.356	Tributos a recolher		6.909	10.440
Despesas antecipadas		1.560	947	Adiantamentos de clientes	20	41.574	39.806
Adiantamentos de terceiros		3.700	-	Partes relacionadas	24.1	453	3.056
Outros créditos	11	34.153	64.033	Outras contas a pagar	21	20.339	49.053
		511.738	494.205			323.498	267.652
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Empréstimos e financiamentos	16	125.239	171.132
Contas a receber	8	79.462	65.818	Arrendamentos a pagar	17	62.447	62.454
Tributos a recuperar	9	37.154	23.865	Arrendamentos por direito de uso	18	12.444	22.993
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	23.3	1.795	6.890	Provisão para demandas judiciais e administrativas	22	3.146	5.118
Depósitos judiciais	22	4.167	5.332	Imposto de renda e contribuição social diferidos	23.1	29.032	27.410
Partes relacionadas	24.1	77.468	72.116	Outras contas a pagar	21	413	296
Outros créditos	11	3.567	429			232.721	289.403
		203.613	174.450	Total do passivo		556.219	557.055
Investimentos	12.1	15.582	5.609	Patrimônio líquido			
Imobilizado	13	453.301	476.516	Capital social	25.1	595.714	512.714
Intangível		1.145	590	Reservas de capital	25.2	1.106	1.021
		673.641	657.165	Ajustes de avaliação patrimonial	25.4	2.174	2.174
				Reservas de lucros	25.3	30.166	78.406
				Total do patrimônio líquido		629.160	594.315
Total do ativo		1.185.379	1.151.370	Total do passivo e patrimônio líquido		1.185.379	1.151.370

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de Reais

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Receita líquida de locação, prestação de serviços e venda de ativos desmobilizados	26	432.173	515.488
Custo de locação e prestação de serviços	27	(286.462)	(326.259)
Custo de venda de ativos desmobilizados	27	(89.874)	(137.374)
Total do custo de locação, prestação de serviços e de venda de ativos desmobilizados		(376.336)	(463.633)
Lucro bruto		55.837	51.855
Despesas comerciais	27	(1.737)	(3.013)
Despesas administrativas	27	(23.282)	(20.682)
(Provisão) reversão de perdas esperadas (" <i>impairment</i> ") de contas a receber	27	(1.575)	474
Outras receitas operacionais, líquidas	27	1.272	14.939
Resultado de equivalência patrimonial	12.1	(515)	3.938
Lucro operacional antes das receitas, despesas financeiras e impostos		30.000	47.511
Receitas financeiras	28	8.857	5.127
Despesas financeiras	28	(20.185)	(17.502)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		18.672	35.136
Imposto de renda e contribuição social - corrente	23.2	(2.911)	(4.779)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	23.2	(1.622)	(5.470)
Total do imposto de renda e da contribuição social		(4.533)	(10.249)
Lucro líquido do exercício proveniente de operações continuadas		14.139	24.887
Operações descontinuadas			
Prejuízo das operações descontinuadas, líquido de impostos	1.2.2.1	-	(1.244)
Lucro líquido do exercício		14.139	23.643

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de Reais

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Lucro líquido do exercício	14.139	23.643
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	<u>14.139</u>	<u>23.643</u>
Das operações		
Continuadas	14.139	24.887
Descontinuadas	-	(1.244)
	<u>14.139</u>	<u>23.643</u>

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019**

Em milhares de reais

	Nota	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros		Ajustes de avaliação patrimonial	Patrimônio líquido total
				Retenção de lucros	Lucros acumulados		
Saldos em 31 de dezembro de 2018		508.108	710	54.763	-	-	563.581
Aumento de capital	25.1	14.433	-	-	-	-	14.433
Acervo líquido cindido	1.2.2.1	(9.827)	-	-	-	-	(9.827)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	23.643	-	23.643
Retenção dos lucros	25.5	-	-	23.643	(23.643)	-	-
Transações com pagamento baseado em ações	25.2	-	311	-	-	-	311
Ganhos patrimoniais na participação de controladas, líquido de impostos	25.4	-	-	-	-	2.174	2.174
Saldos em 31 de dezembro de 2019		512.714	1.021	78.406	-	2.174	594.315
Aumento de capital	25.1	83.000	-	-	-	-	83.000
Distribuição de lucros e juros sobre capital próprio	25.3	-	-	(62.379)	-	-	(62.379)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	14.139	-	14.139
Retenção dos lucros	25.3	-	-	14.139	(14.139)	-	-
Transações com pagamento baseado em ações	25.2	-	85	-	-	-	85
Saldos em 31 de dezembro de 2020		595.714	1.106	30.166	-	2.174	629.160

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.
Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
Em milhares de reais

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social das operações continuadas e descontinuadas	18.672	33.252
Ajuste para:		
Depreciação e amortização	68.140	71.381
Custo de venda de ativos desmobilizados (nota 10)	89.874	137.374
Resultado de equivalência patrimonial (nota 12.1)	515	(3.938)
Provisões para perdas, baixa de outros ativos e créditos extemporâneos de impostos	(6.075)	(1.010)
Remuneração com base em ações (nota 25.2)	85	311
Juros sobre empréstimos e financiamentos, arrendamentos e risco sacado - montadoras	17.493	16.782
	<u>188.704</u>	<u>254.152</u>
Variações no capital circulante líquido operacional		
Contas a receber	(11.108)	(82.151)
Estoques	665	70
Tributos a recuperar	8.237	(2.444)
Fornecedores	25.366	(12.460)
Obrigações trabalhistas e tributos a recolher	(5.500)	4.454
Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes	(5.119)	(18.921)
	<u>12.541</u>	<u>(111.452)</u>
Variações no capital circulante líquido operacional		
Demandas judiciais e administrativas pagas	(8.417)	(10.447)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(6.358)	(967)
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos, arrendamentos e risco sacado - montadoras	(7.634)	(14.394)
Compra de ativo imobilizado operacional para locação (nota 30.1)	(71.465)	(12.343)
Aplicações em Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	(72.434)	(114.537)
	<u>34.937</u>	<u>(9.988)</u>
Caixa líquido gerado pelas (utilizados nas) atividades operacionais		
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Adições de ativo imobilizado e intangível	(25.729)	(58.160)
Aporte de capital em investidas	(10.114)	(5.422)
	<u>(35.843)</u>	<u>(63.582)</u>
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital (nota 25.1)	83.000	-
Captação de empréstimos e financiamentos	64.514	150.675
Amortização de empréstimos, financiamentos, arrendamentos e risco sacado - montadoras	(108.023)	(103.445)
Caixa líquido decorrente de cisão parcial	-	(7.109)
Distribuição de lucros e juros sobre capital próprio pagos.	(62.379)	-
	<u>(22.888)</u>	<u>40.121</u>
Caixa líquido (utilizado nas) gerados pelas atividades de financiamento		
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	<u>(23.794)</u>	<u>(33.449)</u>
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	28.948	62.397
No final do exercício	5.154	28.948
	<u>(23.794)</u>	<u>(33.449)</u>
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa		
Principais transações que não afetaram o caixa registradas no balanço		
Aquisições de imobilizado por arrendamentos a pagar, Finame e risco sacado a pagar - montadoras (nota 30.1)	(53.652)	(105.161)
Adição de arrendamentos por direito de uso (nota 30.1)	(11.047)	(11.309)
Variação no saldo de fornecedores, montadoras de veículos a pagar e <i>reverse factoring</i> (nota 30.1)	5.728	(30.345)
Aporte de capital com ativo imobilizado (nota 30.1)	-	(14.433)
Cisão (aporte) de capital por meio de bens (nota 30.1)	-	3.557
Aporte de capital em investidas com títulos de contas a receber (nota 30.1)	-	(29.827)
Adoção inicial CPC 06 (R2) - Arrendamentos (nota 30.1)	-	(38.482)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Informações gerais

A CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda. ("Empresa" e/ou "CS Brasil Transportes") é uma empresa limitada controlada direta da CS Brasil Participações e Locações Ltda. ("CS Brasil Participações") com sede na Avenida Saraiva, 400, Vila Cintra - Mogi das Cruzes, São Paulo, que tem como atividades preponderantes: operações de transporte rodoviário de passageiros no âmbito municipal; coleta e transporte de lixo domiciliar, comercial ou industrial; limpeza pública em ruas, logradouros e imóveis em geral, públicos ou privados, incluindo-se varrição, capina manual, mecânica e química, roçada, poda e extração de árvores; execução e conservação de áreas verdes; limpeza e manutenção de bueiros, córregos, rios e canais; locação de veículos leves e pesados, para órgãos públicos; prestação de serviços de gerenciamento, gestão e manutenção de frota (preventiva e corretiva) e venda de veículos.

A CS Brasil Transportes possui contratos de consórcio para operação de transporte de passageiros através da sociedade empresarial Consórcio Sorocaba ("Consórcio Sorocaba") e a sociedade controlada em conjunto BRT Sorocaba Concessionária de Serviços Públicos SPE S.A ("BRT Sorocaba Concessionárias"). As concessões dos contratos do Consórcio Sorocaba têm vigência de 16 anos, que se encerra em 1º de novembro de 2028, e contrato de concessão do BRT Sorocaba Concessionárias foi assinado em 9 de fevereiro de 2018 com vigência de 20 anos.

1.1 Relação de participação em entidades controlada em conjunto e consórcio

As participações percentuais da Empresa em sua controlada em conjunto e consórcio na data do balanço são as seguintes:

Razão social	País sede	Atividade Operacional	Participação direta %	
			31/12/2020	31/12/2019
Consórcio Sorocaba (a)	Brasil	Transporte municipal de passageiros	50,00	50,00
BRT Sorocaba Concessionárias (b)	Brasil	Transporte municipal de passageiros	49,75	49,25

a) Consórcio Sorocaba

O Consórcio Sorocaba ("Consórcio Sorocaba") é uma sociedade empresária em Comandita Simples, com sede na rua Doutor Campos Salles, 900, Pinheiros - Sorocaba, São Paulo, que tem como atividades preponderantes de transporte rodoviário coletivo de transportes, com itinerário fixo, municipal e intermunicipal em região metropolitana. Sua concessão tem vigência de 16 anos, que se encerra em 1º de novembro de 2028.

A CS Brasil Transportes consolida proporcionalmente em seu balanço o percentual de sua participação de 50% no Consórcio Sorocaba.

b) BRT Sorocaba Concessionárias

O BRT Sorocaba Concessionárias de Serviços Públicos SPE S.A ("BRT Sorocaba Concessionárias") é uma sociedade anônima fechada, controlada em conjunto com outros sócios, com sede na Av. Antônio Carlos Comitê, 540, Parque Campolim - Sorocaba, São Paulo, que tem como atividades preponderantes de transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, municipal e administração de obras. O contrato de concessão foi assinado em 9 de fevereiro de 2018 com vigência de 20 anos. Em 31 de dezembro de 2020, a CS Brasil Transportes aumentou sua participação na BRT Sorocaba Concessionárias de 49,25% para 49,75%, conforme mencionado na nota explicativa 12.1.

A CS Brasil Transportes registra em seu balanço o percentual de sua participação de 49,75% no BRT Sorocaba Concessionárias por meio do método de equivalência patrimonial.

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1.2 Principais eventos ocorridos

1.2.1 Eventos ocorridos durante o exercício de 31 de dezembro de 2020

Leilão dos terminais portuários no Complexo Portuário de Aratu-Candeias em 2020

Em 18 de dezembro de 2020, a Empresa participou de processo de concorrência na modalidade de leilão presencial para arrendamento de dois terminais portuários no Complexo Portuário de Aratu-Candeias, no município de Candeias-BA, denominados ATU12 e ATU18, realizados pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ). A CS Brasil Transportes apresentou os maiores valores de outorga para os terminais ATU12 (R\$ 10.000) e ATU18 (R\$ 52.500). O processo de análise de documentação e habilitação se iniciou em 05 de janeiro de 2021, onde a CS Brasil Transportes apresentou os documentos de habilitação jurídica, e nas datas de 09 de março de 2021 e 10 de março de 2021, foram publicadas as adjudicações das propostas de ATU 18 e ATU 12, respectivamente. O próximo passo consiste na apresentação de uma lista de obrigações contratuais, entre as mais relevantes a apresentação do plano básico de implantação (PBI), abertura das Sociedades de Propósito Específico ("SPEs") e pagamento da primeira parcela da outorga, que deverá ser finalizado até 24 de abril de 2021, para que os contratos sejam assinados.

A área denominada ATU12 conta com movimentação e armazenagem de granéis sólidos minerais, especialmente fertilizantes, concentrado de cobre, minério de manganês e coque de petróleo, com um contrato inicial de 25 anos e investimentos estimados em aproximadamente R\$ 249.573. A área de ATU18 é destinada à movimentação e armazenagem de granéis sólidos vegetais, especialmente soja, com um contrato de 15 anos e investimentos na ordem de R\$ 119.945.

1.2.2 Eventos ocorridos durante o exercício de 31 de dezembro de 2019

1.2.2.1 Operações descontinuadas

Em 31 de maio de 2019, por meio de instrumento de cisão parcial, e visando melhor segregação de seus negócios, foi realizada uma reestruturação societária nas operações da CS Brasil Transportes a valor contábil, tendo como resultado a criação das seguintes novas sociedades de propósito específico para deter e gerir as concessões de serviço público de transporte de passageiros: (i) Joseense, com atendimento ao contrato de concessão na cidade de São José dos Campos; (ii) Mogi Mob, com atendimento ao contrato de concessão na cidade de Mogi das Cruzes e; (iii) TPG, com atendimento ao contrato de concessão na cidade de Guararema.

a) Resultados líquidos das operações descontinuadas

Operações descontinuadas	31/12/2019			
	Mogi Mob	TPG	Joseense	Total
Receita líquida de prestação de serviços	54.864	9.047	46.842	110.753
Custo de prestação de serviços	(50.670)	(5.087)	(49.609)	(105.366)
Lucro (prejuízo) bruto	4.194	3.960	(2.767)	5.387
Despesas comerciais	(174)	(31)	(149)	(354)
Despesas administrativas	(1.969)	(360)	(2.084)	(4.413)
(Provisão) reversão de perdas esperadas ("impairment")				
de contas a receber	(8)	11	(4)	(1)
Outras despesas operacionais, líquidas	(141)	(12)	(883)	(1.036)
Lucro (prejuízo) operacional antes das receitas, despesas financeiras e impostos	1.902	3.568	(5.887)	(417)
Receitas financeiras	158	35	74	267
Despesas financeiras	(886)	(173)	(675)	(1.734)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	1.174	3.430	(6.488)	(1.884)
Imposto de renda e contribuição social	(399)	(1.167)	2.206	640
Lucro líquido (prejuízo) do exercício proveniente de operações descontinuadas	775	2.263	(4.282)	(1.244)

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Efeito da cisão sobre a posição financeira da Empresa

O valor patrimonial do acervo líquido contábil da Empresa, para fins de cisão parcial para as três sociedades, foi avaliado por empresa especializada em 28 de fevereiro de 2019. Segue abaixo abertura dos acervos líquidos cindidos:

	Balço cindido (data base 28/02/2019)			
	Mogi Mob	TPG	Joseense	Total cindido
Ativo				
Circulante e não circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	256	15	6.838	7.109
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	1.086	-	-	1.086
Contas a receber	845	8.534	924	10.303
Adiantamentos a terceiros	220	9	1.771	2.000
Estoques	1.658	1	515	2.174
Imobilizado	11.239	2.981	15.923	30.143
Demais ativos	15	12	1.794	1.821
Total dos ativos	15.319	11.552	27.765	54.636
Passivo				
Circulante e não circulante				
Fornecedores	4.244	145	999	5.388
Obrigações trabalhistas	7.227	729	3.533	11.489
Empréstimos e financiamentos	2.453	591	5.154	8.198
Contas a pagar e adiantamentos	129	108	13.522	13.759
Imposto de renda diferido	1.138	277	3.719	5.134
Demais passivos	28	91	722	841
Total dos passivos	15.219	1.941	27.649	44.809
Acervo líquido cindido (nota 25.1)	100	9.611	116	9.827

c) Contratos de concessões transferidos

Com as cisões das operações da Mogi Mob, TPG e Joseense os contratos de concessão de transporte de passageiros, os seguintes contratos de concessão foram transferidos:

Descrição da concessão	Vigência
Transporte municipal de passageiros - Mogi das Cruzes - SP	24/05/2004 a 24/05/2019
Transporte municipal de passageiros - Guararema - SP	23/07/2007 a 23/07/2022
Transporte municipal de passageiros - São José dos Campos - SP	17/04/2008 a 17/04/2020

d) Política contábil

Uma operação descontinuada é um componente de um negócio da Empresa que compreende operações e fluxos de caixa que podem ser claramente distintos do resto da Empresa e que:

- representa uma importante linha de negócios separada ou área geográfica de operações;
- é parte de um plano individual coordenado para venda de uma importante linha de negócios separada ou área geográfica de operações; ou
- é uma controlada adquirida exclusivamente com o objetivo de revenda.

A classificação como uma operação descontinuada ocorre mediante a alienação, ou quando a operação atende aos critérios para ser classificada como mantida para venda, se isso ocorrer antes.

Quando uma operação é classificada como uma operação descontinuada, as demonstrações do resultado e do resultado abrangente comparativas são reapresentadas como se a operação tivesse sido descontinuada desde o início do período comparativo.

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1.2.2.2 Aquisição de Empresa pela CS Brasil Participações

Em 01 de novembro de 2019, a JSL S.A. vendeu para a CS Brasil Participações a sua participação direta de 99,99% na Empresa, transação efetuada a valor contábil. Decorrente dessa reestruturação a Empresa passou a ser uma controlada direta da CS Brasil Participações.

1.3 Situação da COVID-19

Em 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou estado de emergência global em razão da disseminação da COVID-19. Em 11 de março de 2020, ela declarou a COVID-19 como um surto pandêmico. Desde março de 2020 até 31 de dezembro de 2020, as autoridades governamentais de várias jurisdições impuseram confinamento ou outras restrições para conter o vírus, ocasionando a suspensão ou redução de atividades de empresas em diversos setores da economia. O impacto final na economia global e nos mercados financeiros foi de retração dos Produtos Internos Brutos - PIB das maiorias dos países, e no Brasil houve retração de 3,23 % em seu PIB, conforme boletim Focus do Banco Central de 13 de março de 2021.

No Brasil, principal mercado onde a Empresa atua, as medidas de restrições contaram com fechamento de parte do comércio e serviços considerados não essenciais.

A Administração instituiu um comitê multidisciplinar de gerenciamento de crise específico para tratar do tema da COVID-19 e, por meio desse comitê, está monitorando a evolução da crise instaurada e aplicando ações alinhadas com as diretrizes da OMS, destacando os seguintes aspectos:

a. Cuidado com os colaboradores

Adoção de teletrabalho (*home office*) para parte dos colaboradores, inclusive pessoas acima de 60 anos e outras que sejam consideradas como grupo de risco, horários flexíveis de entrada e saída dos colaboradores nas dependências da CS Brasil Transportes; adaptação das instalações físicas para dispor de mais espaço para favorecer o distanciamento social; disponibilização de veículos para os colaboradores que deixem de utilizar transporte público; férias coletivas e utilização de banco de horas; e introdução de rotinas massivas de limpeza, esterilização e sanitização de mobiliários e instalações prediais. Está sendo implementado plano de retorno gradual dos colaboradores nos escritórios das empresas, preservando as pessoas que são considerados grupo de risco.

Adicionalmente, para garantir a segurança da informação nos sistemas e ambiente de rede da CS Brasil Transportes, dada a adoção de teletrabalho, foi criado um comitê para avaliar os riscos de acessos não permitidos e coleta de dados, e assim definir e implementar ações para mitigá-los.

b. Apoio à sociedade

Disponibilização de sua estrutura e operações em apoio às comunidades onde estão instaladas, principalmente pela doação de produtos essenciais e básicos para as famílias, e serviços de logística para circulação e entrega de doações recebidas por instituições governamentais.

Adicionalmente, a CS Brasil Transportes continua com suas iniciativas e projetos ligados aos programas socioambientais.

c. Impactos econômico-financeiros

A maior parte das atividades da CS Brasil Transportes é considerada essencial, abrangendo por exemplo transporte rodoviário de passageiros no âmbito municipal; coleta e transporte de lixo domiciliar, comercial ou industrial; limpeza pública em ruas, utilizados na prestação de serviços essenciais. Portanto, essas atividades mantiveram suas operações em pleno funcionamento.

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em função das medidas de isolamento social, as receitas de transportes de passageiros sofreram uma redução significativa e essas reduções foram mitigadas pelas reduções dos custos, como adesões às medidas de redução de jornada e salário dos colaboradores. As operações de transporte de passageiro representam uma receita bruta de serviços de aproximadamente 8,3% do total de receita bruta de serviços, sendo assim pouco representativa.

As demais operações não tiveram impacto relevante que pudesse refletir em redução de receita ou margens de rentabilidade.

A CS Brasil Transportes possui condição financeira adequada para a manutenção de suas operações e já apresenta recuperação de suas receitas nos níveis pré pandemia.

(i) Situação econômica e financeira

- Liquidez corrente positiva, isto é, ativo circulante maior que o passivo circulante correspondente a 1,6 vezes.
- A maior parte dos serviços prestados é mantida por contratos de longo prazo.
- Implementação de programas de redução e controle de custos para adequar sua estrutura às variações na receita e na geração de caixa.

(ii) Análises de recuperação (“*impairment*”) de ativos financeiros

A Empresa efetuou a revisão de seus ativos financeiros, incluindo as contas a receber, para avaliar a necessidade de constituir provisões adicionais de recuperação (“*impairment*”). Essa análise foi conduzida considerando a situação de risco de crédito e inadimplência corrente conhecidas até o momento.

Como resultado, não foi identificada necessidade de constituição de provisão para nenhum dos ativos relacionados.

(iii) Análises de recuperação (“*impairment*”) de ativos não financeiros

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, não foram observados indicativos, os quais a Empresa fosse requerida a realizar uma estimativa formal do valor presente recuperável sobre seus ativos não financeiros, que são concentrados em ativo imobilizado disponibilizado para venda e ativo imobilizado.

(iv) Concessões anunciadas pelos governos municipais, estaduais e federal

Os governos municipais, estaduais e federal anunciaram diversas medidas de combate aos impactos negativos da COVID-19. Principalmente o governo federal, emitiu medidas provisórias, decretos e leis concedendo descontos e prorrogações de pagamentos de impostos e contribuições sociais. A CS Brasil Transportes aderiu parcialmente a esses programas, de modo que estão pagando normalmente parte dos tributos e parte de algumas contribuições serão pagas de acordo com o cronograma especial estabelecido pelo governo federal. Todos os efeitos contábeis relacionados estão refletidos adequadamente nas demonstrações financeiras como tributos a recolher e despesas respectivas no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

A Administração da CS Brasil Transportes continua permanentemente avaliando as evoluções da pandemia, e considera: (i) o estágio de disseminação do vírus em evolução no Brasil; (ii) trata-se de um evento novo, sem precedentes, nunca visto na história contemporânea mundial; e (iii) todos os governos municipais, estaduais e federal ainda continuam anunciando e testando ações de combate, fechamento e reabertura do comércio em geral, o que torna incerto quantas medidas serão adotadas e a extensão das mesmas.

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis adotadas

2.1 Declaração de conformidade (com relação ao Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC)

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as práticas incluídas na legislação societária Brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC").

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Diretoria em 01 de abril de 2021.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras anuais foram elaboradas com base no custo histórico como base de valor, exceto pelos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado conforme divulgado nota explicativa 5.1, quando aplicável.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Empresa. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Instrumentos financeiros

2.3.1 Ativos financeiros

a) Reconhecimento e mensuração

As contas a receber de clientes são reconhecidas inicialmente na data em que foram originadas. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Empresa se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes é mensurado inicialmente ao preço da operação.

b) Classificação e mensuração subsequente

Instrumentos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Empresa mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Empresa realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Empresa;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Empresa.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Empresa considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Empresa considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Empresa a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

c) Desreconhecimento

A Empresa desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Empresa transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Empresa nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

2.3.2 Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e desreconhecimento

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros é reconhecida no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

A Empresa desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Empresa também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

2.3.3 Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Empresa tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.3.4 Redução ao valor recuperável (“*impairment*”) de ativos financeiros

A Empresa reconhece provisões para perdas esperadas de créditos sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

A Empresa mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira.

A Empresa utiliza uma “matriz de provisão” simplificada para calcular as perdas esperadas para seus recebíveis comerciais, segundo a qual o montante das perdas esperadas é definido de modo “*ad hoc*”. A matriz de provisão é baseada nos percentuais de perda histórica observadas ao longo da vida esperada dos recebíveis e é ajustada para clientes específicos de acordo com as estimativas futuras e fatores qualitativos, tais como, capacidade financeira do devedor, garantias prestadas, renegociações em curso, entre outros que são monitorados. Esses fatores qualitativos são monitorados mensalmente por um comitê, denominado comitê de crédito e cobrança. Os percentuais de perda histórica e as mudanças nas estimativas futuras são revistos a cada período de divulgação ou sempre que algum evento significativo ocorra com indícios que pode haver uma mudança significativa nesses percentuais.

Para as perdas de crédito esperadas associadas aos títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras classificados ao custo amortizado, a metodologia de “*impairment*” aplicada depende do aumento significativo do risco de crédito da contraparte. Na nota explicativa 5.3.a (ii) é detalhado como a Empresa determina se houve um aumento significativo no risco de crédito.

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Empresa não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Empresa adota a política de baixar o valor contábil bruto após 24 meses e validação do Comitê Financeiro, que avalia individualmente os clientes com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. A Empresa não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Empresa para a recuperação dos valores devidos.

2.4 Mensuração ao valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Empresa tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Empresa.

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Empresa requer a mensuração de valores justos, utilizando-se premissas e estimativas, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros veja nota explicativa 3.2.

Quando disponível, a Empresa mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, A Empresa utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Empresa mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Empresa determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

2.5 Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os custos dos estoques são avaliados ao custo médio de aquisição e incluem gastos incorridos na aquisição de estoques e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

A provisão de materiais de baixo giro é efetuada com base na quantidade existente em estoque, valor e consumo médio dos materiais, conforme as premissas da política de baixo giro da Empresa, a qual orienta a constituição de 100% sobre o valor do item do estoque sem movimentação há mais de 12 (doze) meses.

2.6 Ativo imobilizado disponibilizado para venda (Renovação de frota)

Para atendimento dos seus contratos de prestação de serviços de locação a Empresa renova constantemente sua frota. Os veículos disponibilizados para substituição são reclassificados da rubrica imobilizado para "Ativo imobilizado disponibilizado para venda".

Os valores são apresentados pelo menor valor entre o saldo líquido contábil, que é o resultado do valor de aquisição menos a depreciação acumulada até a data em que os bens foram disponibilizados para venda, e os seus valores justos deduzidos dos custos estimados para vendê-los. Esses bens estão disponíveis para venda imediata em suas condições atuais e sua venda em prazo inferior a um ano é altamente provável.

Conforme a demanda, como em períodos de alta sazonalidade, os veículos podem novamente ser direcionados para utilização nas operações. Quando isso ocorre, os bens retornam para a base de ativo imobilizado e a depreciação respectiva volta a ser contabilizada.

2.7 Imobilizado

a) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável ("*impairment*"), quando aplicável.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado do exercício.

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos sejam auferidos pela Empresa. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

c) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. Desta forma, as taxas de depreciação variam de acordo com a data em que o bem foi comprado, o tipo do bem comprado, o valor pago e a data e valor estimado de venda (método de depreciação por uso e venda). A depreciação de bens utilizados diretamente na prestação de serviços de locação compõe o custo da prestação de serviços de locação e a depreciação dos demais itens do ativo imobilizado está registrada como despesa. As taxas médias de depreciação dos bens para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, estão demonstradas na nota explicativa 13.

A Empresa adota o procedimento de revisar anualmente as estimativas do valor de mercado esperado no final da vida útil econômica de seus ativos imobilizados, acompanha regularmente as estimativas de sua vida útil econômica utilizadas para determinação das respectivas taxas de depreciação e amortização e sempre que necessário são efetuadas análises sobre a recuperabilidade dos seus ativos.

d) Redução ao valor recuperável (“*impairment*”)

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, não foram observados indicativos, os quais a Empresa fosse requerido a realizar uma estimativa formal do valor presente recuperável.

2.8 Intangível

2.8.1. Softwares

As licenças de *softwares* são capitalizadas com base nos custos incorridos para sua aquisição e implantação. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos *softwares*.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

2.9 Arrendamentos

No início de um contrato, a Empresa avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Empresa utiliza a definição de arrendamento do CPC 06 (R2).

(i) Como arrendatária

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Empresa aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais.

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Empresa optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

A Empresa reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros nominal implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Empresa. A Empresa usa sua taxa incremental sobre empréstimos como taxa de desconto, que é calculada obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência e os créditos de PIS / COFINS;
- pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Empresa alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

A Empresa apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "arrendamentos a pagar" no balanço patrimonial.

Arrendamentos de ativos de curto prazo e baixo valor

A Empresa classifica seus arrendamentos operacionais de acordo com os critérios apresentados no CPC 06 (R2), tais como:

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- não reconhece ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos cujo prazo de arrendamento se encerra dentro de 12 meses da data da aplicação inicial;
- não reconhece ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos de ativos de baixo valor (por exemplo, equipamentos de TI);
- exclui os custos diretos iniciais da mensuração do ativo de direito de uso na data da aplicação inicial; e
- utiliza retrospectivamente ao determinar o prazo do arrendamento.

(ii) Como arrendadora

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Empresa aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços independentes.

Quando a Empresa atua como arrendadora, determina, no início da locação, se cada arrendamento é um arrendamento financeiro ou operacional.

Para classificar cada arrendamento, a Empresa faz uma avaliação geral se o arrendamento transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente. Se for esse o caso, o arrendamento é um arrendamento financeiro; caso contrário, é um arrendamento operacional. Como parte dessa avaliação, a Empresa considera certos indicadores, como se o prazo do arrendamento é equivalente à maior parte da vida econômica do ativo subjacente.

Quando a Empresa é uma arrendadora intermediária ela contabiliza seus interesses no arrendamento principal e no subarrendamento separadamente. Ela avalia a classificação do subarrendamento com base no ativo de direito de uso resultante do arrendamento principal e não com base no ativo subjacente. Se o arrendamento principal é um arrendamento de curto prazo que a Empresa, como arrendatária contabiliza aplicando a isenção descrita acima, ela classifica o subarrendamento como um arrendamento operacional.

Se um acordo contiver componentes de arrendamento e não arrendamento, a Empresa aplicará o CPC 47 para alocar a contraprestação no contrato.

A Empresa aplica os requisitos de desreconhecimento e redução ao valor recuperável do CPC 48 ao investimento líquido no arrendamento (veja notas explicativas 2.3.1.(c) e 2.3.4). A Empresa também revisa regularmente os valores residuais não garantidos estimados, utilizados no cálculo do investimento bruto no arrendamento.

A Empresa reconhece os recebimentos de arrendamento decorrentes de arrendamentos operacionais como receita pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento como parte de suas receitas operacionais.

2.10 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos (“IRPJ e CSLL”)

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado.

O encargo de imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro, corrente e diferido, é calculado com base nas leis tributárias vigentes na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Empresa nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório, e se existir um direito legal e exequível de compensar os passivos com os ativos fiscais, e se estiverem relacionados aos impostos lançados pela mesma autoridade fiscal.

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O imposto de renda e a contribuição social sobre lucro diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Empresa.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 anual para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

2.11 Provisões

2.11.1 Geral

Provisões são reconhecidas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

Quando a Empresa espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

2.11.2 Provisão para demandas judiciais e administrativas

A Empresa é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.12 Receitas de contrato com clientes

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Empresa reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente.

As informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes, estão descritas abaixo:

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.12.1 Receita de locação

a) Natureza da receita, incluindo condições de pagamento significativos

Locação de veículos para gestão e terceirização de frotas. As faturas para locação são emitidas no mês subsequente à prestação dos serviços.

b) Reconhecimento da receita conforme o CPC 06 (R2)

A receita é reconhecida ao longo do tempo conforme a utilização dos veículos. O valor da receita a ser reconhecida é avaliado com base no tempo de utilização do ativo pelo cliente.

2.12.2 Receita de transporte de passageiros

a) Natureza da receita, incluindo condições de pagamento significativos

Serviços de transporte público municipal de passageiros. O serviço ocorre no momento da utilização do transporte público pelo passageiro, e é recebido até o décimo quinto dia do mês subsequente da secretária de transporte do município.

b) Reconhecimento da receita conforme o CPC 47

A receita de transporte público municipal de passageiros é reconhecida quando a prestação de serviços é realizada, ou seja, na utilização do transporte pelo passageiro.

2.12.3 Receita de venda de ativos desmobilizados

a) Natureza da receita, incluindo condições de pagamento significativos

Após o término do contrato de locação com seus clientes, a Empresa desmobiliza e vende os veículos por meio de lojas e rede de concessionárias do Grupo Simpar.

Os clientes obtêm controle dos veículos desmobilizados quando os produtos são entregues. As faturas são emitidas naquele momento e são liquidadas por meio de débito em conta, boleto e cartão de crédito.

b) Reconhecimento da receita conforme o CPC 47

A receita de veículos desmobilizados é reconhecida quando os produtos são entregues e aceitos pelos clientes.

2.12.4 Receita de serviços de limpeza e coleta urbana

a) Natureza da receita, incluindo condições de pagamento significativos

Serviços de limpeza e coleta urbana são realizadas diariamente e são cobrados mediante medição da tonelagem de lixo coletada e limpeza efetuada. As faturas são emitidas e recebidas no mês subsequente à prestação do serviço.

b) Reconhecimento da receita conforme o CPC 47

A receita é reconhecida ao longo do tempo conforme a prestação dos serviços. O valor da receita a ser reconhecida é avaliado com base em avaliações de progresso do trabalho realizado.

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.13 Operação em conjunto

A operação em conjunto existe quando as partes integrantes que detêm o controle conjunto do negócio têm direitos sobre os ativos e têm obrigações pelos passivos relacionados ao negócio.

A Empresa mantém operações no Consórcio Sorocaba na qual os empreendedores mantêm acordo contratual que estabelece o controle conjunto das operações. Consórcios possuem regulamentação específica para o desenvolvimento de suas atividades e apesar de possuir controles contábeis individuais, seu registro é realizado nos livros contábeis de seus participantes pela participação de cada um, desta forma, estão inseridas nas demonstrações financeiras na proporção de sua participação.

2.14 Investimentos em entidades contabilizados pelo método da equivalência patrimonial

O investimento da Empresa no BRT Sorocaba Concessionárias, entidade com controle conjunto (*joint venture*), é contabilizado pelo método da equivalência. Controle conjunto existe quando decisões sobre as atividades relevantes exigem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle.

Tal investimento foi reconhecido inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Empresa no lucro líquido ou prejuízo do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que há controle conjunto.

2.15 Benefícios a empregados

2.15.1 Benefícios de curto prazo

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Empresa tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa se estimada de maneira confiável.

2.15.2 Transações com pagamentos baseados em ações

O valor justo na data de outorga dos acordos de pagamentos baseados em ações da Simpar concedidos aos empregados é reconhecido como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos prêmios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de prêmios para o qual existe a expectativa de que as condições de serviço e de desempenho serão atendidas, de tal forma que o valor final reconhecido como despesa seja baseado no número de prêmios que efetivamente atendam às condições de serviço e de desempenho na data de aquisição (*vesting date*).

2.16 Capital social

2.16.1 Distribuição de lucros e juros sobre capital próprio

A distribuição de lucros e os juros sobre capital próprio para os sócios da Empresa são reconhecidos como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no contrato social da Empresa. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

3 Uso de estimativas de julgamentos

Na preparação das demonstrações financeiras, a Empresa utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Empresa e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

3.1 Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- a) Receitas de contratos com clientes: se a receita de locação e prestação de serviços é reconhecida ao longo do tempo ou em um momento específico de tempo - nota explicativa 2.12.1.b.

3.2 Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2021 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- a) Perdas esperadas (*“impairment”*) de contas a receber: mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda - nota explicativa 8;
- b) Ativo imobilizado disponibilizado para venda - definição do valor residual - nota explicativa 10;
- c) Imobilizado definição do valor residual e da vida útil - nota explicativa 13; e
- d) Provisão para demandas judiciais e administrativas reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos - nota explicativa 22.2.

4 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Algumas novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2021. A Empresa não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

4.1 Contratos Onerosos - custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25)

As alterações especificam quais os custos que uma entidade inclui ao determinar o custo de cumprimento de um contrato com o objetivo de avaliar se o contrato é oneroso. As alterações aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. Na data da aplicação inicial, o efeito cumulativo da aplicação das alterações é reconhecido como um ajuste do saldo de abertura em lucros acumulados ou outros componentes do patrimônio líquido, conforme apropriado. Os comparativos não são reapresentados. A Empresa avaliou os contratos existentes em 31 de dezembro de 2020 e a expectativa é de que sejam concluídos antes das alterações entrarem em vigor.

4.2 Outras normas

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Empresa:

- Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06 (R2));
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27);
- Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15);
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26).

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

5.1 Instrumentos financeiros por categoria

Os instrumentos financeiros estão apresentados nas seguintes classificações contábeis:

Ativos, conforme balanço patrimonial	31/12/2020			31/12/2019		
	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total
Caixa e equivalentes de caixa	4.670	484	5.154	28.390	558	28.948
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	212.801	-	212.801	140.367	-	140.367
Contas a receber	-	252.209	252.209	-	242.676	242.676
Partes relacionadas	-	77.468	77.468	-	72.116	72.116
Outros créditos	-	31.179	31.179	-	50.946	50.946
Total	217.471	361.340	578.811	168.757	366.296	535.053
Passivo, conforme balanço patrimonial	Custo amortizado		Total	Custo amortizado		Total
Fornecedores	93.587	93.587	93.587	73.949	73.949	73.949
Risco sacado a pagar - montadoras	1.870	1.870	1.870	6.581	6.581	6.581
Empréstimos e financiamentos	218.338	218.338	218.338	196.096	196.096	196.096
Arrendamentos a pagar	97.000	97.000	97.000	87.805	87.805	87.805
Arrendamentos por direito de uso	18.306	18.306	18.306	30.224	30.224	30.224
Partes relacionadas	453	453	453	3.056	3.056	3.056
Outras contas a pagar	14.658	14.658	14.658	44.550	44.550	44.550
Total	444.212	444.212	444.212	442.261	442.261	442.261

5.2 Valor justo dos ativos e passivos financeiros

A comparação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Empresa, está demonstrada a seguir:

	Valor contábil		Valor justo	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Ativos Financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	5.154	28.948	5.154	28.948
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	212.801	140.367	212.801	140.367
Contas a receber	252.209	242.676	252.209	242.676
Partes relacionadas	77.468	72.116	77.468	72.116
Outros créditos	31.179	50.946	31.179	50.946
Total	578.811	535.053	578.811	535.053
Passivos Financeiros				
Fornecedores	93.587	73.949	93.587	73.949
Risco sacado a pagar - montadoras	1.870	6.581	1.870	6.581
Empréstimos e financiamentos	218.338	196.096	219.708	199.796
Arrendamentos a pagar	97.000	87.805	97.040	87.859
Arrendamentos por direito de uso	18.306	30.224	18.306	30.224
Partes relacionadas	453	3.056	453	3.056
Outras contas a pagar	14.658	44.550	14.658	44.550
Total	444.212	442.261	445.622	446.015

Os valores justos de instrumentos financeiros ativos e passivos são mensurados de acordo com as categorias abaixo:

Nível 1 - Preços observados (não ajustados) para instrumentos idênticos em mercados ativos;

Nível 2 - Preços observados em mercados ativos para instrumentos similares, preços observados para instrumentos idênticos ou similares em mercados não ativos e modelos de avaliação para os quais inputs são observáveis; e

Nível 3 - Instrumentos cujos *inputs* significativos não são observáveis. A Empresa não possui instrumentos financeiros nesta classificação.

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A tabela abaixo apresenta a classificação geral dos instrumentos financeiros ativos e passivos mensurados ao valor justo em conformidade com a hierarquia de valorização

	31/12/2020			31/12/2019		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Ativos ao valor justo por meio do resultado						
Caixa e equivalentes de caixa						
CDB - Certificado de depósitos bancários	-	2.613	2.613	-	13.454	13.454
Letras financeiras	-	1.714	1.714	-	10.793	10.793
Cota de outros fundos	343	-	343	4.143	-	4.143
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras						
LFT - Letras Financeiras do Tesouro	120.460	-	120.460	84.387	-	84.387
LTN - Letras do Tesouro Nacional	92.341	-	92.341	55.980	-	55.980
	213.144	4.327	217.471	144.510	24.247	168.757
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo – com diferença entre o valor contábil e o valor justo						
Empréstimos e financiamentos	-	219.708	219.708	-	196.796	196.796
Arrendamentos a pagar	-	97.040	97.040	-	87.859	87.859
	-	316.748	316.748	-	284.655	284.655

Os instrumentos financeiros cujos valores contábeis se equivalem aos valores justos são classificados no nível 2 de hierarquia de valor justo.

As técnicas de avaliação utilizadas para mensurar todos instrumentos financeiros ativos e passivos ao valor justo incluem:

- (i) Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares; e
- (ii) A análise de fluxos de caixa descontados.

A curva utilizada para o cálculo do valor justo dos contratos indexados a CDI em 31 de dezembro de 2020 está apresentada a seguir:

Curva de juros Brasil							
Vértice	1M	6M	1A	2A	3A	5A	10A
Taxa (a.a.) - %	1,92	2,10	2,83	4,16	5,05	6,03	7,18
Fonte: B3 31/12/2020							

5.3 Gerenciamento de riscos financeiros

A Empresa está exposta ao risco de crédito, risco de mercado e risco de liquidez sobre seus principais ativos e passivos financeiros. A Administração faz a gestão desses riscos com o suporte de um Comitê Financeiro e com a aprovação do Conselho de Administração da controladora indireta Simpar para que as atividades que resultem em riscos financeiros da Empresa sejam regidas por práticas e procedimentos apropriados.

A Empresa não possuía instrumentos financeiros derivativos contratados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

a) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação financeira prevista em um instrumento financeiro ou contrato, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Empresa está exposta ao risco de crédito, principalmente com relação a contas a receber, depósitos em instituições bancárias, aplicações financeiras e outros instrumentos financeiros mantidos com instituições financeiras.

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

i. Caixa e equivalentes de caixa e títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Empresa de acordo com as diretrizes aprovadas pelo Comitê financeiro e pelo Conselho de Administração da controladora indireta Simpar. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma, a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Empresa está exposto ao risco de crédito.

Para fins de avaliação de risco, são utilizadas uma escala local ("Br") e uma escala global ("G") de exposição ao risco de crédito extraídas de agências de ratings, conforme demonstrado abaixo:

Rating em Escala Local "Br"		Rating em Escala Global "G"	
Nomenclatura	Qualidade	Nomenclatura	Qualidade
Br AAA	Prime	G AAA	Prime
Br AA+, AA, AA-	Grau de Investimento Elevado	G AA+, AA, AA-	Grau de Investimento Elevado
Br A+, A, A-	Grau de Investimento Médio Elevado	G A+, A, A-	Grau de Investimento Médio Elevado
Br BBB+, BBB, BBB-	Grau de Investimento Médio Baixo	G BBB+, BBB, BBB-	Grau de Investimento Médio Baixo
Br BB+, BB, BB-	Grau de Não Investimento Especulativo	G BB+, BB, BB-	Grau de Não Investimento Especulativo
Br B+, B, B-	Grau de Não Investimento Altamente Especulativo	G B+, B, B-	Grau de Não Investimento Altamente Especulativo
Br CCC	Grau de Não Investimento Extremamente Especulativo	G CCC	Grau de Não Investimento Extremamente Especulativo
Br DDD, DD, D	Grau de Não Investimento Especulativo de Moratória	G DDD, DD, D	Grau de Não Investimento Especulativo de Moratória

A qualidade e exposição máxima ao risco de crédito da Empresa para caixa, equivalentes de caixa e títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras é como segue:

	31/12/2020
Valores depositados em conta corrente	484
Depósitos em aplicações financeiras	
Br AAA	4.327
Br AA	343
Total de aplicações financeiras	4.670
Total de caixa e equivalentes de caixa	5.154
	31/12/2020
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	
Br AAA	212.801
Total de títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	212.801

ii. Contas a receber

A Empresa utiliza uma "Matriz de Provisão" simplificada para calcular as perdas esperadas para seus recebíveis comerciais, baseado em sua experiência de perdas de crédito históricas. Essa Matriz de Provisão especifica taxas de provisão fixas dependendo do número de dias que as contas a receber estão a vencer ou vencidas e é ajustada para clientes específicos de acordo com as estimativas futuras e fatores qualitativos observados pela Administração.

A baixa de ativos financeiros é efetuada quando não há expectativa razoável de recuperação, conforme estudo de recuperabilidade. Os recebíveis baixados continuam no processo de cobrança para recuperação do valor do recebível. Quando há recuperações, estas são reconhecidas como receitas de recuperação de crédito no resultado do exercício.

A Empresa registrou uma provisão para perda que representa sua estimativa de perdas esperadas referentes ao contas a receber, conforme detalhado na nota explicativa 8.

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam dois tipos de risco: risco de taxa de juros e risco de preço que pode ser de *commodities*, de ações, entre outros.

i. Risco de variação de taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado.

A exposição da Empresa está exposta substancialmente ao risco de taxa de juros sobre caixa e equivalentes de caixa e aos títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras, assim como às obrigações com empréstimos e arrendamentos. Como política, a Empresa procura concentrar esse risco à variação do DI.

Os saldos expostos e a análise de sensibilidade estão demonstrados na nota explicativa 5.4.

c) Risco de liquidez

A Empresa monitora permanentemente o risco de escassez de recursos e mantém o planejamento de liquidez corrente com o objetivo de manter em seu ativo saldo de caixa e investimentos de alta liquidez e flexibilidade por meio de linhas de créditos para empréstimos bancários, além da capacidade para tomada de recursos por meio do mercado de capitais de modo a garantir sua continuidade operacional. O prazo médio de endividamento é monitorado de forma a prover liquidez no curto prazo, analisando parcela, encargos e fluxo de caixa.

A seguir, estão apresentadas as maturidades contratuais de ativos e passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados:

		31/12/2020			
	Contábil	Fluxo contratual	Até 1 ano	Até 2 anos	Acima de 3 anos
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	5.154	5.154	5.154	-	-
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	212.801	212.801	212.801	-	-
Contas a receber	252.209	252.209	172.747	13.144	66.318
Partes relacionadas	77.468	94.178	-	17.739	76.439
Outros créditos	31.179	31.179	28.162	3.017	-
Total	578.811	595.521	418.864	33.900	142.757
Fornecedores	93.587	93.587	93.587	-	-
Risco sacado a pagar – montadoras	1.870	1.870	1.870	-	-
Empréstimos e financiamentos	218.338	231.603	94.111	117.049	20.443
Arrendamentos a pagar	97.000	103.218	37.382	29.120	36.716
Arrendamentos por direito de uso	18.306	25.451	7.290	4.751	13.410
Partes relacionadas	453	453	453	-	-
Outras contas a pagar	14.658	14.658	14.658	-	-
Total	444.212	470.840	249.351	150.920	70.569

5.4 Análise de sensibilidade

A Administração da Empresa efetuou análise de sensibilidade, a fim de demonstrar os impactos das variações das taxas de juros sobre seus ativos e passivos financeiros, considerando para os próximos 12 meses as seguintes taxas de juros prováveis:

- CDI em 2,83 % a.a. com base na curva futura de juros (fonte: B3); e
- SELIC de 2,83% a.a. (fonte: B3)

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A seguir é apresentado o quadro do demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, a fim de demonstrar os impactos em seu resultado financeiro, considerando um cenário provável (Cenário I), com aumentos de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III):

Operação	Exposição	Risco	Taxa provável	Cenário I provável	Cenário II + deterioração de 25%	Cenário III + deterioração de 50%
Operações - Pós-fixadas						
Aplicações financeiras	4.670	Aumento do CDI	2,44%	114	142	171
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras - LFT	120.460	Aumento da SELIC	2,83%	3.409	4.261	5.114
Partes relacionadas	77.468	Aumento do CDI	3,83%	2.967	3.709	4.451
Empréstimos e financiamentos	(217.737)	Aumento do CDI	4,81%	(10.473)	(13.091)	(15.710)
Arrendamentos a pagar	(97.000)	Aumento do CDI	4,81%	(4.666)	(5.832)	(6.999)
Exposição líquida e impacto no resultado da despesa financeira pós-fixada	(112.139)			(8.649)	(10.811)	(12.973)
Operações - Pré-fixadas						
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras - LTN	92.341	PRÉ-FIXADO	2,05%	1.893	1.893	1.893
Empréstimos e financiamentos	(601)	PRÉ-FIXADO	3,06%	(18)	(18)	(18)
Arrendamentos por direito de uso	(18.306)	PRÉ-FIXADO	9,34%	(1.710)	(1.710)	(1.710)
Exposição líquida e impacto no resultado da despesa financeira pré-fixada	73.434			165	165	165
Exposição líquida e impacto total da despesa financeira no resultado	(38.705)			(8.484)	(10.646)	(12.808)

Essa análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre os referidos instrumentos financeiros da Empresa, refletidas nas receitas e despesas financeiras, considerando-se todos os demais indicadores de mercado constantes. Quando ocorrer a liquidação desses instrumentos financeiros, os valores poderão ser diferentes dos demonstrados acima.

6 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2020	31/12/2019
Caixa	2	5
Bancos	482	553
Total de disponibilidades	484	558
CDB - Certificado de Depósitos Bancários	2.613	13.454
Letras financeiras	1.714	10.793
Cotas de outros fundos	343	4.143
Total de aplicações financeiras	4.670	28.390
Total	5.154	28.948

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 o rendimento médio das aplicações financeiras foi 2,33 % a.a. (5,91% a.a. em 31 de dezembro de 2019).

7 Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras

	31/12/2020	31/12/2019
Títulos públicos no país		
LFT - Letras Financeiras do Tesouro	120.460	84.387
LTN - Letras do Tesouro Nacional	92.341	55.980
Total	212.801	140.367

O rendimento médio dos títulos públicos que estão alocados em fundos exclusivos é definido por taxas pré-fixada e pós-fixada (LTN pré-fixada e LFT SELIC). No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 o rendimento médio foi de 2,05% a.a. (5,91% a.a. no exercício findo em 31 de dezembro de 2019).

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

8 Contas a receber

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Valores a receber de serviços e locações	137.525	141.235
Serviços e locações a faturar	55.019	48.253
Contas a receber - partes relacionadas (nota 24.1)	81.999	71.367
Outras contas a receber	-	2.580
(-) Perdas esperadas ("impairment") de contas a receber	(22.334)	(20.759)
Total	<u>252.209</u>	<u>242.676</u>
Circulante	172.747	176.858
Não circulante	79.462	65.818
Total	<u>252.209</u>	<u>242.676</u>

8.1 Classificação por vencimento (aging list) e perdas esperadas ("impairment") de contas a receber

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Total a vencer	<u>162.811</u>	<u>127.044</u>
Vencidos em até 30 dias	5.550	18.292
Vencidos de 31 a 90 dias	7.505	1.418
Vencidos de 91 a 180 dias	4.689	663
Vencidos de 181 a 365 dias	5.204	2.236
Vencidos há mais de 365 dias (i)	88.784	113.782
Total vencidos	<u>111.732</u>	<u>136.391</u>
(-) Perdas esperadas ("impairment") de contas a receber	(22.334)	(20.759)
Total	<u>252.209</u>	<u>242.676</u>

(i) O saldo de R\$ 88.784 vencido acima de 365 dias, contempla R\$ 81.201 referente a recebíveis originados por contratos de serviços e locações prestados ao Estado do Rio de Janeiro em anos anteriores, que estão sendo discutidos em processos judiciais de cobrança e estão classificados no ativo não circulante, líquido de provisão para perdas esperadas ("impairment") de contas a receber no montante de R\$ 14.352.

As movimentações das perdas esperadas ("impairment") de contas a receber estão demonstradas a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>(21.232)</u>
(-) adições	(480)
(-) Operação descontinuada	(1)
(+) reversões	954
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>(20.759)</u>
(-) adições	(1.605)
(+) reversões	30
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>(22.334)</u>

As perdas esperadas ("impairment") de contas a receber foram apuradas considerando as premissas descritas na nota explicativa 5.3.a (ii).

9 Tributos a recuperar

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
PIS e COFINS (i)	34.328	40.154
INSS (ii)	11.906	8.835
Imposto de renda retido na fonte	-	193
ISS	621	621
ICMS (iii)	523	523
Outros	204	202
Total	<u>47.582</u>	<u>50.528</u>
Circulante	10.428	26.663
Não circulante	37.154	23.865
Total	<u>47.582</u>	<u>50.528</u>

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (i) Os saldos de PIS e COFINS contemplam créditos tomados sobre despesas consideradas insumos, essenciais e relevantes para desempenhos de suas operações. A Administração amparada por seus assessores jurídicos considera esses créditos adequados considerando a legislação e jurisprudência jurídica.
- (ii) O saldo INSS contempla R\$ 8.031 de créditos extemporâneos relacionados a recuperação de contribuições recolhidas em períodos passados, mas que se referem a verbas trabalhistas não tributáveis conforme decisões já pacificadas no âmbito administrativo ou judicial. Também inclui R\$ 2.791 de créditos extemporâneos sobre descontos da remuneração de empregados. Adicionalmente, também estão considerados R\$ 1.084 de retenções efetuadas por clientes.
- (iii) O saldo de ICMS a recuperar está líquido da provisão para valor recuperável (“*impairment*”) no montante de R\$ 34.044, sobre o qual foi registrado impostos de renda e contribuição social diferidos ativos no montante de R\$ 11.575, conforme divulgado na nota explicativa 23.1.

10 Ativo imobilizado disponibilizado para venda

As movimentações nos exercícios findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 estão abaixo demonstradas:

	<u>Veículos</u>	<u>Máquinas e equipamentos</u>	<u>Total</u>
Custo:			
Em 31 de dezembro de 2018	60.468	53	60.521
Bens transferidos do imobilizado	193.170	9.636	202.806
Bens baixados por venda	(173.360)	(537)	(173.897)
Em 31 de dezembro de 2019	80.278	9.152	89.430
Bens transferidos do imobilizado	163.499	297	163.796
Bens baixados por venda	(156.448)	(302)	(156.750)
Em 31 de dezembro de 2020	87.329	9.147	96.476
Depreciação acumulada:			
Em 31 de dezembro de 2018	(31.956)	221	(31.735)
Bens transferidos do imobilizado	(37.800)	(9.124)	(46.924)
Bens baixados por venda	36.234	289	36.523
Em 31 de dezembro de 2019	(33.522)	(8.614)	(42.136)
Bens transferidos do imobilizado	(66.860)	(133)	(66.993)
Bens baixados por venda	66.776	100	66.876
Em 31 de dezembro de 2020	(33.606)	(8.647)	(42.253)
Valor líquido:			
Saldo em 31 de dezembro de 2019	46.756	538	47.294
Saldo em 31 de dezembro de 2020	53.723	500	54.223

11 Outros créditos

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Adiantamentos a fornecedores	5.954	3.143
Adiantamentos a funcionários	-	1.202
Partes relacionadas (nota 24.1)	31.179	57.746
Cauções imobiliárias	550	538
Outros	37	1.833
Total	37.720	64.462
Circulante	34.153	64.033
Não circulante	3.567	429
Total	37.720	64.462

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12 Investimentos

Os investimentos são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, tomando como base as informações contábeis das investidas.

12.1 Movimentação dos investimentos

Investimento	31/12/2019	Aporte de capital	Ágio (i)	Resultado de equivalência patrimonial	Outras movimentações	31/12/2020	Participação %	Patrimônio líquido em 31/12/2020
BRT Sorocaba Concessionárias	5.609	7.830	2.284	(515)	374	15.582	49,75%	26.729
Total	5.609	7.830	2.284	(515)	374	15.582		

Investimentos	31/12/2018	Aporte de capital	Baixa de investimentos (ii)	Resultado de equivalência patrimonial	Outras movimentações	31/12/2019	Participação %	Patrimônio líquido em 31/12/2019
CS Brasil Frotas	34.976	29.827	(72.116)	5.139	2.174	-	-	-
BRT Sorocaba Concessionárias	1.388	5.422	-	(1.201)	-	5.609	49,25%	11.389
Total	36.364	35.249	(72.116)	3.938	2.174	5.609		

(i) Em junho de 2020 foi adquirida pela CS Brasil Transportes a participação adicional de 0,50% pelo montante de R\$ 2.419. Essa operação resultou em um ágio de R\$ 2.284.

(ii) Refere-se a venda da participação de 64.803.261 "Quotas" da CS Frotas ocorrida em 30 de dezembro de 2019 para a compradora CS Brasil Participações, no montante de R\$ 72.116 em 8 parcelas semestrais, no valor de R\$ 9.052, vencendo a primeira parcela em 30.12.2022 e a última em 30.06.2026, corrigidas por 100% do CDI + limite de 2,2% a.a..

12.2 Saldos patrimoniais e de resultado da controlada em conjunto

	31/12/2020							
	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Receitas líquidas	(Custos, despesas) e outras receitas	Prejuízo do exercício
BRT Sorocaba Concessionárias	5.653	207.313	46.313	139.924	26.729	13.092	(14.128)	(1.036)

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13 Imobilizado

As movimentações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 estão abaixo demonstradas:

	Veículos	Máquinas e equipamentos	Benfeitorias em propriedade de terceiros	Computadores e periféricos	Móveis e utensílios	Construções em andamento	Direito de uso (iii)	Outros	Total
Custo:									
Em 31 de dezembro de 2018	528.293	29.709	8.079	610	1.915	1.699	-	670	570.975
Adoção inicial ao CPC 06 (R2) (iii)							38.482		38.482
Saldo em 1º de janeiro de 2019	528.293	29.709	8.079	610	1.915	1.699	38.482	670	609.457
Remensuração	-	-	-	-	-	-	511	-	511
Adições (i)	216.518	8.556	-	105	1.036	1.500	-	42	227.757
Cisão (ii)	(46.887)	(325)	(2.475)	(47)	(241)	(828)	-	(2)	(50.805)
Transferências	(7.633)	8.208	-	-	(575)	-	-	-	-
Transferência para bens destinados a venda	(193.170)	(9.636)	-	-	-	-	-	-	(202.806)
Baixa de ativos e outros	(406)	-	-	(39)	(15)	-	-	(260)	(720)
Em 31 de dezembro de 2019	496.715	36.512	5.604	629	2.120	2.371	38.993	450	583.394
Adições	144.699	750	-	7	1.091	1.071	11.047	14	158.679
Transferências	(2.946)	-	1.924	-	(530)	(1.924)	-	3.476	-
Transferência para bens destinados a venda	(163.499)	(297)	-	-	-	-	-	-	(163.796)
Baixa de ativos e outros	(359)	-	(1.530)	-	-	(195)	(19.504)	(3.800)	(25.388)
Em 31 de dezembro de 2020	474.610	36.965	5.998	636	2.681	1.323	30.536	140	552.889
Depreciação acumulada:									
Em 31 de dezembro de 2018	(81.493)	(18.499)	(5.283)	(535)	(699)	-	-	(668)	(107.177)
Despesa de depreciação no exercício	(57.170)	(2.992)	(790)	(39)	(192)	-	(9.780)	-	(70.963)
Cisão (ii)	23.028	211	886	11	81	-	-	2	24.219
Transferências	8.052	(8.052)	-	-	-	-	-	-	-
Transferência para bens destinados a venda	37.800	9.124	-	-	-	-	-	-	46.924
Baixa de ativos e outros	1	-	-	38	-	-	-	80	119
Em 31 de dezembro de 2019	(69.782)	(20.208)	(5.187)	(525)	(810)	-	(9.780)	(586)	(106.878)
Despesa de depreciação no exercício	(56.318)	(2.790)	(1.030)	(24)	(233)	-	(7.514)	(132)	(68.041)
Transferências	1.919	45	-	-	-	-	-	(1.964)	-
Transferência para bens destinados a venda	66.860	133	-	-	-	-	-	-	66.993
Baixa de ativos e outros	125	-	1.425	-	-	-	4.113	2.675	8.338
Em 31 de dezembro de 2020	(57.196)	(22.820)	(4.792)	(549)	(1.043)	-	(13.181)	(7)	(99.588)
Saldos líquidos:									
Em 31 de dezembro de 2019	426.933	16.304	417	104	1.310	2.371	29.213	(136)	476.516
Em 31 de dezembro de 2020	417.414	14.145	1.206	87	1.638	1.323	17.355	133	453.301
Taxa média de depreciação (%) no exercício: 2020 e 2019									
Leves	10,1	-	-	-	-	-	-	-	-
Pesados	7,7	15,0	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	14,2	20,0	10,0	-	20,7	10,0	-

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (i) Inclui adição de R\$ 14.433 referente ao aumento de capital da controladora CS Brasil Participações efetuado com aporte de bens, conforme descrito na nota explicativa 25.1;
- (ii) As baixas do imobilizado no exercício, referem-se principalmente a cisão parcial para a Joseense, Mogi Mob e TPG, conforme mencionado na nota explicativa 1.2.2.1; e
- (iii) Refere-se à adoção inicial do CPC 06 (R2). Esses direitos de uso referem-se integralmente a contratos de arrendamento de imóveis.

Conforme mencionado na nota explicativa 1.3 c (iii), dado aos impactos trazidos e conhecidos até o momento pela crise causada pela pandemia da COVID-19, a Administração da Empresa fez uma avaliação sobre os indicativos de existência ou não de perda dos valores recuperáveis (“*impairment*”) dos ativos imobilizados, principalmente quanto às frotas de veículos, máquinas e equipamentos.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, não foram observados indicativos, os quais a Empresa fosse requerido a realizar uma estimativa formal do valor presente recuperável.

13.1 Arrendamento de itens do ativo imobilizado

Parte dos ativos foram adquiridos pela Empresa por meio de arrendamento substancialmente representados por veículos, máquinas e equipamentos. Esses saldos integram o ativo imobilizado de acordo com o demonstrado a seguir:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Custo - arrendamentos capitalizados	137.955	116.519
Depreciação acumulada	(16.315)	(8.315)
Saldo contábil, líquido	<u>121.640</u>	<u>108.204</u>

14 Fornecedores

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Veículos, máquinas e equipamentos	38.781	50.884
Fornecedores de veículos para locação - <i>Reverse Factoring</i>	6.375	-
Peças e manutenção	19.905	4.137
Parte relacionadas (nota 24.1)	16.978	9.969
Material de estoque	1.449	2.300
Serviços contratados	1.479	2.498
Aluguel de imóveis	1.950	698
Outros	6.670	3.463
Total	<u>93.587</u>	<u>73.949</u>

15 Risco sacado a pagar - montadoras

Modalidade	Taxa média a.a.	Vencimento	<u>31/12/2020</u>	Movimentação				<u>31/12/2019</u>
			Total	Novos contratos	Amortização	Juros pagos	Juros apropriados	Total
Em moeda nacional								
Risco sacado	6,9%	Fev/21	1.870	10.178	(15.566)	(102)	779	6.581
			<u>31/12/2019</u>	Movimentação				<u>31/12/2018</u>
Modalidade	Taxa média a.a.	Vencimento	Total	Novos contratos	Amortização	Juros pagos	Juros apropriados	Total
Em moeda nacional								
Risco sacado	6,7%	out/20	6.581	11.309	(4.050)	(789)	111	-

A Empresa firmou convênios com instituições financeiras denominado “risco sacado” para gerir os valores a serem pagos de compras de veículos junto a montadoras. Nessa operação, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos das vendas de veículos para as instituições financeiras.

Os contratos firmados com as instituições financeiras não são garantidos pelos ativos (veículos) vinculados às operações securitizadas.

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

16 Empréstimos e financiamentos

As movimentações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 estão demonstradas a seguir:

Modalidade	Taxa média a.a.	Estrutura taxa média	Vencimento	31/12/2020			Movimentação				31/12/2019		
				Circulante	Não circulante	Total	Novos contratos	Amortização	Juros pagos	Juros apropriados	Circulante	Não circulante	Total
Em moeda nacional													
CCBs (v)	5,07%	CDI + 3,17%	jul/23	10.114	49.796	59.910	60.000	-	(1.401)	1.311	-	-	-
Finame (i)	3,06%	Pré-fixada	out/22	267	334	601	-	(3.099)	(49)	45	1.125	2.579	3.704
Finame (i)	-	-	-	-	-	-	-	(15.586)	(417)	300	3.373	12.330	15.703
NPs (iii)	3,40%	CDI + 1,50%	set/22	80.707	73.911	154.618	-	(3.000)	(134)	7.422	4.806	145.524	150.330
FNE (ii)	-	-	-	-	-	-	-	(25.956)	(1.002)	1.192	15.221	10.545	25.766
CDCs (iv)	4,95%	CDI + 3,05%	jul/22	2.011	1.198	3.209	4.514	(1.935)	(60)	97	439	154	593
				93.099	125.239	218.338	64.514	(49.576)	(3.063)	10.367	24.964	171.132	196.096

Modalidade	Taxa média a.a.	Estrutura taxa média	Vencimento	31/12/2019			Movimentação					31/12/2018		
				Circulante	Não circulante	Total	Novos contratos	Baixa por cisão	Amortização	Juros pagos	Juros apropriados	Circulante e	Não circulante	Total
Em moeda nacional														
Finame (i)	2,92%	Pré-fixada	out/24	1.125	2.579	3.704	1.663	(4.108)	(31.592)	(274)	266	5.890	31.859	37.749
Finame (i)	9,97%	TLP / SELIC	abr/24	3.373	12.330	15.703	43.193	(4.090)	(29.649)	(3.406)	3.951	433	5.271	5.704
FNE (ii)	9,76%	Pré-fixada / IPCA	dez/21	15.221	10.545	25.766	-	-	(12.911)	(2.286)	2.403	12.888	25.672	38.560
NPs (iii)	5,90%	CDI + 1,50%	set/22	4.806	145.524	150.330	150.000	-	-	(2.583)	2.913	-	-	-
CDCs (iv)	9,16%	Pré-fixada	abr/21	439	154	593	675	-	(103)	(29)	50	-	-	-
				24.964	171.132	196.096	195.531	(8.198)	(74.255)	(8.578)	9.583	19.211	62.802	82.013

- (i) **FINAME** são financiamentos para investimentos em veículos pesados, máquinas e equipamentos utilizados nas operações. Os contratos firmados são relativos à compra de novos ativos pelo processo normal de renovação ou expansão da frota. Os contratos de Finame possuem carência que variam de seis meses até dois anos de acordo com o produto financiado, as amortizações de juros e principal são mensais após o período de carência. Esses financiamentos não possuem cláusulas de compromisso;
- (ii) **FNE** refere-se as operações do Fundo Constitucional de Financiamento do Banco Nordeste, para financiamentos e investimentos em veículos pesados, leves, máquinas e equipamentos utilizados nas operações de gestão do caixa da Empresa. Esses contratos possuem vencimentos variados, as carências que são de três meses a um ano, e alguns ativos podem ficar alienados de acordo com o produto financiado. As amortizações de juros e principal são mensais, após o período de carência e não possuem cláusulas de compromisso;
- (iii) **NPs** se referem a notas comerciais de promessas de pagamentos emitidas para reforço do capital de giro, dentro da gestão ordinária de seus negócios. Esses contratos possuem vencimentos variados, com amortizações de juros e principal no final do contrato. Esses contratos possuem uma cláusula de compromissos: manutenção de índices financeiros (**Dívida Financeira Líquida/ EBITDA Adicionado e EBITDA Adicionado/Despesa Financeira Líquida**). A CS Brasil Transportes utiliza os índices financeiros consolidados da controladora indireta Simpar. Essa cláusula de compromisso não está descumprida no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (iv) **Capital de giro (CDCs)** é uma modalidade de financiamento com a finalidade de subsidiar o capital de giro, para aquisição de produtos, veículos, máquinas e equipamentos em geral inclusive serviços. São operações utilizadas para gestão do caixa da CS Brasil Transportes e não possuem cláusulas de compromisso; e
- (v) **CCBs** são Cédulas de Crédito Bancário adquiridas junto a instituições financeiras com a finalidade de subsidiar o capital de giro, além de financiar a compra de veículos para as operações. Esses contratos possuem vencimentos variados, sendo mensais (após a carência de 12 mensais) e semestrais e não possuem cláusulas de compromisso.

Para fins de leitura das referências acima, considera-se as seguintes definições:

Os índices financeiros indicados em algumas alíneas acima, são apurados com base nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora final Simpar, conforme indicados nas cláusulas contratuais. Esses índices financeiros possuem as definições abaixo:

“Dívida Financeira Líquida para fins de *covenants* financeiros” significa saldo total dos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo da Avalista, incluídas as Notas Comerciais e quaisquer outros títulos ou valores mobiliários representativos de dívida, os resultados, negativos e/ou positivos, das operações de proteção patrimonial (*hedge*) e subtraídos (a) os valores em caixa e em aplicações financeiras e (b) os financiamentos contraídos em razão do programa de financiamento de estoque de veículos novos e usados, nacionais e importados e peças automotivas, com concessão de crédito rotativo cedido pelas instituições financeiras ligadas às montadoras (Veículos *Floor Plan*);

“EBITDA-Adicionado para fins de *covenants* financeiros” significa o lucro antes do resultado financeiro, tributos, depreciações, amortizações, *impairment* dos ativos e equivalências patrimoniais, acrescido do custo de venda dos ativos utilizados na prestação de serviços, apurado ao longo dos últimos 12 (doze) meses, incluindo o EBITDA-Adicionado dos últimos 12 (doze) meses das sociedades incorporadas e/ou adquiridas pela Avalista; e

“Despesa Financeira Líquida para fins de *covenants* financeiros” significa os encargos de dívida, acrescidos das variações monetárias, deduzidas as rendas de aplicações financeiras, todos estes relativos aos itens descritos na definição de Dívida Financeira Líquida acima e calculados pelo regime de competência ao longo dos últimos 12 (doze) meses.

16.1 Garantias e fianças bancárias

A Empresa possui certas garantias para as operações de empréstimos e financiamentos conforme demonstrado a seguir:

- ✓ **FINAME e CDC** - são garantidos pelos respectivos veículos, máquinas e equipamentos financiados;
- ✓ **NPs** - As NPs no montante R\$ 154.618, contam com o aval da Simpar em conjunto com a JSL; e
- ✓ **CCBs** - Possui cessão fiduciária de duplicatas de 20% do saldo devedor da operação.

As demais operações não possuem garantias atreladas.

17 Arrendamentos a pagar

Contratos de arrendamentos financeiros na modalidade de Finame *leasing* e arrendamentos financeiros para a aquisição de veículos e bens da atividade operacional da Empresa que possuem encargos anuais pós-fixados estão distribuídos da seguinte forma:

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31/12/2020	31/12/2019
Passivo de arrendamentos no início do exercício	87.805	41.865
Novos contratos	43.474	60.305
Amortização	(36.014)	(16.111)
Baixa por cisão	-	(55)
Juros pagos	(2.688)	(1.793)
Juros apropriados	4.423	3.594
Passivo de arrendamentos no final do exercício	97.000	87.805
Circulante	34.553	25.351
Não circulante	62.447	62.454
Total	97.000	87.805
Taxa média a.a.	3,88%	6,40%
Estrutura taxa média	CDI + 1,98%	CDI + 2,04%
Vencimento	fev/25	dez/24

17.1 Garantias

Conforme demonstrado na nota explicativa 13.1, a Empresa possui veículos e máquinas e equipamentos que foram adquiridos através de operações de arrendamentos a pagar e que os mesmos estão concedidos como garantia dos contratos.

18 Arrendamentos por direito de uso

As informações sobre os passivos de arrendamentos para os quais a Empresa é a arrendatária são apresentadas abaixo. As informações relativas aos ativos por direito de uso estão divulgadas na nota explicativa 13.

	31/12/2020	31/12/2019
Passivo de arrendamentos no início do exercício	30.224	-
Adoção inicial ao CPC 06 (R2)	-	38.482
Novos contratos	11.047	-
Remensuração	-	511
Baixas	(16.241)	-
Amortização	(6.867)	(9.029)
Juros pagos	(1.781)	(3.234)
Juros apropriados	1.924	3.494
Passivo de arrendamentos no final do exercício	18.306	30.224
Circulante	5.862	7.231
Não circulante	12.444	22.993
Total	18.306	30.224

A Empresa arrenda, substancialmente, imóveis em que operam suas áreas operacional e administrativa. Os contratos de arrendamentos são reajustados anualmente, para refletir os valores de mercado e, alguns arrendamentos proporcionam pagamentos adicionais de aluguel, que são baseados em alterações do índice geral de preços. Para certos arrendamentos, a Empresa é impedido de entrar em quaisquer contratos de sub-arrendamento.

A Empresa chegou às suas taxas de desconto, com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos, ajustadas à realidade da empresa (“spread” de crédito). Os “spreads” foram obtidos por meio de sondagens junto a potenciais investidores de títulos de dívida. A tabela abaixo evidencia as taxas praticadas, vis-à-vis os prazos dos contratos, conforme requerido pelo CPC 12 – Ajuste a Valor Presente, §33:

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Contratos por prazo e taxa de desconto	
Prazos contratos	Taxa % a.a.
1	5,99%
2	6,75%
3	7,61%
5	8,61%
8	9,47%
10	9,74%
15	10,08%
20	10,26%

A seguir é apresentado quadro indicativo do direito potencial de PIS / COFINS a recuperar embutido na contraprestação de arrendamentos, conforme os períodos previstos para pagamento. Saldos não descontados e saldos descontados a valor presente:

Fluxos de caixa	Nominal	Ajustado a valor presente
Contraprestação dos arrendamentos	25.451	18.306
PIS / COFINS	2.435	1.693

A Administração da Empresa na mensuração e na remensuração de seus arrendamentos mercantis e seus correspondentes ativos, utilizou-se da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação projetada nos fluxos a serem descontados. Caso a Empresa tivesse considerado a inflação (substancialmente IGP-M) em seu fluxo de caixa o efeito sobre os ativos de direito de uso e os arrendamentos seria um aumento aproximado de R\$ 730.

19 Obrigações sociais e trabalhistas

	31/12/2020	31/12/2019
Salários	7.410	8.501
Provisões de férias, encargos e bônus	8.714	9.438
INSS	7.540	7.466
FGTS	600	585
Outras	988	1.231
Total	25.252	27.221

20 Adiantamentos de clientes

	31/12/2020	31/12/2019
Adiantamentos de clientes - prefeituras (i)	16.348	16.348
Adiantamentos de clientes - venda de veículos	20.446	23.458
Adiantamentos de clientes – partes relacionadas (nota 24.1)	4.880	-
Total	41.674	39.806

(i) Esses adiantamentos referem-se a valores recebidos antecipadamente de passagem do transporte urbano.

21 Outras contas a pagar

	31/12/2020	31/12/2019
Contas a pagar dos consórcios Sorocaba	6.646	6.415
Reserva de seguros	6.049	4.799
Outras contas a pagar - partes relacionadas (nota 24.1)	4.697	34.039
Provisão de serviços de terceiros	3.315	2.507
Outras	45	1.589
Total	20.752	49.349
Circulante	20.339	49.053
Não circulante	413	296
Total	20.752	49.349

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

22 Depósitos judiciais e provisão para demandas judiciais e administrativas

A Empresa, no curso normal de seus negócios, recebe demandas e reclamações de caráter cível, tributárias e trabalhistas discutidas em fóruns administrativo e judicial, ocasionando, inclusive, bloqueios bancários e depósitos judiciais com garantia de parte dessas demandas. Com suporte da opinião de seus assessores jurídicos, foram constituídas provisões para cobertura das prováveis perdas relacionadas a essas demandas, as quais estão apresentadas líquidas dos seus respectivos depósitos judiciais conforme demonstrado a seguir:

	Depósitos judiciais		Provisões	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Trabalhistas	3.366	4.620	(2.552)	(4.149)
Cíveis	626	537	(594)	(969)
Tributárias	175	175	-	-
	4.167	5.332	(3.146)	(5.118)

22.1 Depósitos judiciais

Os depósitos e bloqueios judiciais referem-se a conta corrente judicial ou bloqueios de saldos bancários determinados em juízo para garantia de eventuais execuções exigidas, ou valores depositados em conexão com ações judiciais em substituição de pagamentos de tributos ou contas a pagar que estão sendo discutidas judicialmente.

22.2 Provisão para demandas judiciais e administrativas

A Empresa classifica os riscos de perda com riscos e reclamações tributárias, cíveis e trabalhistas como “prováveis”, “possíveis” ou “remotos”. A provisão registrada em relação a tais processos é determinada pela Administração, com base na análise de seus assessores jurídicos, e refletem as perdas prováveis estimadas.

A Administração da Empresa acredita que a provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas é suficiente para cobrir eventuais perdas com processos administrativos e judiciais.

As movimentações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 estão demonstradas a seguir:

	Trabalhista	Cível	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(5.300)	(450)	(5.750)
Constituição	(11.219)	(6.454)	(17.673)
Operação descontinuada	91	-	91
Reversão	4.122	3.375	7.497
Baixa por cisão	270	-	270
Liquidação	7.887	2.560	10.447
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(4.149)	(969)	(5.118)
Constituição	(8.027)	(1.754)	(9.781)
Reversão	2.356	980	3.336
Liquidação	7.268	1.149	8.417
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(2.552)	(594)	(3.146)

Trabalhistas

A provisão para demandas trabalhistas foi constituída para cobrir os riscos de perda oriundos de ações judiciais reclamando indenizações por horas extras, horas *in itinere*, adicional de periculosidade, de insalubridade, acidentes de trabalho e ações promovidas por empregados de empresas terceirizadas devido à responsabilidade solidária.

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Cíveis

Os processos de natureza cível não envolvem, individualmente, valores relevantes e estão relacionados, principalmente, a pleitos de indenização por acidente de trânsito, cujos pedidos correspondem à reparação de danos morais e materiais.

22.3 Perdas possíveis não provisionadas no balanço

A Empresa possui em 31 de dezembro de 2020 e 2019, processos em andamento de natureza trabalhistas, cíveis e tributárias nas esferas judicial e administrativa que são considerados pela Administração e seus assessores jurídicos com a probabilidade de perda possível, conforme tabela a seguir:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Trabalhistas	6.050	3.996
Cíveis	12.545	3.374
Tributárias	71.170	8.879
Total	<u>89.765</u>	<u>16.249</u>

Trabalhistas

As demandas trabalhistas são relacionadas a ações judiciais reclamando indenizações por reflexos trabalhistas movidas por ex-colaboradores da Empresa.

Cíveis

As demandas cíveis estão relacionadas a pedidos indenizatórios por perdas e danos por motivos diversos contra a Empresa, da mesma natureza das mencionadas na nota explicativa 22.2, assim como ações anulatórias e reclamações por descumprimentos contratuais. O montante de R\$ 12.545 contempla R\$ 1.303, o qual possui a parte relacionada JSL como responsável legal. Por tratarem-se de discussões cujo fato gerador são as atividades da Empresa, a Administração estabeleceu que irá ressarcir a JSL caso ocorram desembolsos financeiros.

Tributárias

As principais naturezas das demandas são: (i) questionamentos relativos a eventuais não recolhimentos de ICMS; (ii) questionamentos de parte das parcelas de créditos relativos a PIS e COFINS que compõem o saldo negativo apresentado em PER/DCOMP; (iii) questionamentos relativos a créditos tributários de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS; (iv) questionamentos relativos a compensação de créditos de IRPJ e CSLL e (v) questionamentos relativos a apropriação de créditos de ICMS.

Durante o exercício de 2020, a Empresa foi questionada quanto a apropriação de créditos de ICMS no valor de R\$ 60.521. Os créditos referem-se à aquisição de veículos revendidos à Órgãos Públicos do Estado do Rio de Janeiro. Para este tipo de operações, a legislação do Estado do Rio de Janeiro disciplina a isenção da revenda, autorizando, contudo, que os contribuintes mantenham o saldo de créditos de ICMS decorrentes das aquisições dos bens, sendo manifesta a legitimidade do procedimento adotado pela Empresa. Os créditos questionados não foram utilizados pela Empresa. A Empresa possui uma provisão de realização integral desses saldos, conforme descrito na nota explicativa 23.1.

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

23 Imposto de renda e contribuição social

23.1 Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os créditos e débitos de imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ e contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL diferidos foram apurados com base nas diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis no futuro. As origens estão apresentadas a seguir:

	31/12/2020	31/12/2019
Imposto diferido ativo		
Provisão para demandas judiciais e administrativas	2.651	3.322
Perdas esperadas ("impairment") de contas a receber	5.195	4.951
Provisão para perda de ICMS a recuperar (i)	11.575	11.575
Provisão sobre encargos trabalhistas e tributários	2.097	1.624
Provisão para perdas em estoque	549	720
Outras provisões	3.092	2.668
Total do imposto diferido ativo	25.159	24.860
Imposto diferido passivo		
Depreciação econômica vs. fiscal	(2.816)	(17.916)
Imobilização <i>leasing</i> financeiro	(25.674)	(6.709)
Receita diferida de órgãos públicos	(25.701)	(26.021)
Total do imposto diferido passivo	(54.191)	(50.646)
Total do imposto diferido passivo	(29.032)	(27.786)

- (i) Refere-se a provisão sobre a realização dos impostos a recuperar de ICMS decorrente de serviços e locações prestadas ao Estado do Rio de Janeiro em anos anteriores conforme mencionado na nota explicativa 8.1.

As movimentações do imposto de renda e contribuição social diferidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 estão demonstradas a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2018	(27.074)
IRPJ / CSLL diferidos reconhecidos no resultado	(5.470)
IRPJ / CSLL diferidos cindido (nota 1.2.2.1)	5.134
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(27.410)
IRPJ / CSLL diferidos reconhecidos no resultado	(1.622)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(29.032)

23.2 Conciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social

Os valores correntes são calculados com base nas alíquotas atualmente vigentes sobre o lucro contábil antes do IRPJ e CSLL, acrescido ou diminuído das respectivas adições, e exclusões e compensações permitidas pela legislação vigente.

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	18.672	35.136
Alíquotas nominais	34%	34%
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais	(6.348)	(11.946)
(Adições) exclusões permanentes		
Equivalência patrimonial	(175)	1.339
Incentivos fiscais - PAT	110	133
Juros sobre capital próprio	2.509	-
Despesas indedutíveis e outras adições (exclusões) permanentes	(629)	225
IRPJ e CSLL apurados	(4.533)	(10.249)
Corrente	(2.911)	(4.779)
Diferido	(1.622)	(5.470)

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

IRPJ e CSLL no resultado	(4.533)	(10.249)
Alíquota efetiva	24,28%	29,17%

As declarações de imposto de renda da Empresa estão sujeitas à revisão das autoridades fiscais por um período de cinco anos a partir do fim do exercício em que é entregue. Em virtude destas inspeções, podem surgir impostos adicionais e penalidades os quais seriam sujeitos a juros. Entretanto, a Administração é de opinião de que todos os impostos têm sido pagos ou provisionados de forma adequada.

23.3 Imposto de renda e da contribuição social a recuperar e a recolher

As movimentações do imposto de renda e contribuição social correntes nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 estão demonstradas a seguir:

Saldos em 31 de dezembro de 2019	10.246
Provisão de IRPJ / CSLL do exercício a pagar	(2.911)
Antecipações, compensações e recolhimentos no exercício	6.358
Saldos em 31 de dezembro de 2020	13.693
Imposto de renda e contribuição social a recuperar - circulante	11.898
Imposto de renda e contribuição social a recuperar - não circulante	1.795
Saldos em 31 de dezembro de 2020	13.693
Saldos em 31 de dezembro de 2018	9.346
Provisão de IRPL / CSLL do exercício a pagar	(5.470)
Antecipações, compensações e recolhimentos no exercício	6.370
Saldos em 31 de dezembro de 2019	10.246
Imposto de renda e contribuição social a recuperar - circulante	3.356
Imposto de renda e contribuição social a recuperar - não circulante	6.890
Saldos em 31 de dezembro de 2019	10.246

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

24 Partes relacionadas

24.1 Saldos com partes relacionadas (ativo e passivo)

As naturezas dos saldos em contas de balanço patrimonial com partes relacionadas são as seguintes:

- Contas a receber: saldos oriundos de transações comerciais de compra e venda de ativos, locação de ativos e prestação de serviços, conforme termos e condições definidos na nota explicativa 24.2 (i), (ii) e (iii).
- Outros créditos: saldos oriundos de reembolsos de despesas diversas e de rateio de despesas comuns pagas à Empresa, conforme termos e condições definidos na nota explicativa 24.2 (iv).
- Adiantamentos de clientes: recebimento antecipado referente a venda de ativos, locação de ativos e prestação de serviços que ainda não foram realizados / entregues.
- Partes relacionadas a receber e a pagar: se referem à contratos de mútuo mantidos entre a Empresa e outras partes relacionadas.
- Outras contas a pagar: saldos a pagar para reembolso de despesas da Empresa custeadas por outras partes relacionadas.
- Fornecedores: saldos oriundos de transações comerciais de compra e venda de ativos, locação de ativos e prestação de serviços.

No quadro a seguir, estão os saldos das transações entre a Empresa e partes relacionadas:

Ativo	Contas a receber (nota 8)		Outros créditos (nota 11)		Adiantamento a terceiros		Partes relacionadas a receber		Outras contas a pagar (nota 21)		Fornecedores (nota 14)		Adiantamentos de clientes (nota 20)		Partes relacionadas a pagar	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Partes relacionadas																
Simpar	-	-	1.559	-	227	-	-	-	4.525	-	-	-	4.880	-	-	-
Avante Veículos Ltda.	-	112	-	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CS Brasil Frotas	3.398	6.086	18.892	11.976	-	-	-	-	-	3.756	3.065	9.470	-	-	-	-
CS Brasil Participações (i)	60.336	60.204	-	5.291	566	-	75.668	72.116	-	-	776	499	-	-	-	-
Consórcio Sorocaba	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.056
Joseense	-	-	-	722	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
JSL Corretora e Administradora de Seguros Ltda.	2	-	-	4	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-	-	-
BBC Leasing S.A. Arrendamentos	179	179	-	17	-	-	-	-	-	-	-	179	-	-	-	-
JSL S.A.	16.018	1.171	385	3.342	1.332	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mogi Mob Transporte de Passageiros Ltda.	-	-	10.200	29.454	-	-	1.800	-	-	8.425	4.747	-	-	-	453	-
Mogipasses Comércio de Bilhetes Eletrônicos Ltda.	134	-	-	29	-	-	-	-	-	12.978	185	-	-	-	-	-
Movida Locação de Veículos S.A.	38	-	143	10	-	-	-	-	6	-	12	-	-	-	-	-
Movida Participações S.A.	50	-	-	13	3	-	-	-	-	231	220	-	-	-	-	-
Original Veículos Ltda.	22	1.059	-	91	20	-	-	-	-	-	89	-	-	-	-	-
Ponto Veículos Ltda.	35	358	-	44	-	-	-	-	-	18	35	-	-	-	-	-
Quick Logística Ltda.	1	-	-	-	-	-	-	-	20	49	4	-	-	-	-	-
Quataí Transporte de Passageiros SPE S.A.	-	-	-	341	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ribeira Empreendimentos Imobiliários Ltda.	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TPG Transporte de Passageiros Ltda.	351	-	-	6.403	-	-	-	-	144	7.883	2.322	-	-	-	-	-
Transrio Caminhões, Ônibus, Máquinas e Motores Ltda.	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	61	-	-	-	-	-
Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A.	1.435	2.198	-	-	-	-	-	-	-	694	5.223	-	-	-	-	-
Yolanda Logística Armazém Transportes e Serviços Gerais Ltda.	-	-	-	3	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-
Total	81.999	71.367	31.179	57.746	2.148	-	77.468	72.116	4.697	34.039	16.978	9.969	4.880	-	453	3.056
Circulante	68.855	71.367	28.630	57.746	2.148	-	-	-	4.697	34.039	16.978	9.969	4.880	-	453	3.056
Não circulante	13.144	-	2.549	-	-	-	77.468	72.116	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	81.999	71.367	31.179	57.746	2.148	-	77.468	72.116	4.697	34.039	16.978	9.969	4.880	-	453	3.056

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Refere-se a venda da participação de 64.803.261 "Quotas" da CS Frotas ocorrida em 30 de dezembro de 2019 para a compradora CS Brasil Participações, no montante de R\$ 72.116 em 8 parcelas semestrais, no valor de R\$ 9.052, vencendo a primeira parcela em 30 de dezembro de 2022 e a última em 30 de junho de 2026, corrigidas por 100% do CDI + limite de 2,2%.

24.2 Transações entre partes relacionadas com efeito no resultado

As transações entre partes relacionadas se referem a:

- Locações de veículos e outros ativos efetuadas entre as empresas, por valores equivalentes de mercado, cujas precificações variam de acordo com as características dos veículos, data da contratação, e planilha de custos inerentes aos ativos, como depreciação e juros de financiamento;
- Serviços prestados referem-se a eventuais serviços contratados por valores equivalentes de mercado, principalmente relacionados a transportes de cargas ou intermediação de ativos desmobilizados e venda direta de montadoras;
- Venda de ativos desmobilizados, principalmente relacionados a veículos que costumavam ser locados por essas partes relacionadas, e por estratégia de negócios foram transferidos pelos valores residuais contábeis, que se aproximavam do valor de mercado;
- A Empresa compartilha certos serviços administrativos com as empresas do grupo Simpar. Essas despesas são rateadas e repassadas pelo seu valor efetivamente incorrido para reembolso a ser recebido, ficando apresentadas nas contas contábeis de despesas administrativas e comerciais; e
- Eventualmente são realizadas transações de mútuo e cessão de direitos de contas a receber com empresas do Grupo Simpar. Os custos financeiros ou receitas financeiras oriundas dessas transações são calculadas por taxas definidas em contrato.

	Locações e serviços prestados		Locações e serviços tomados		Receita na venda de ativos		Custos na venda de ativos		(Despesas) administrativas, comerciais e recuperação de despesas		Receitas (despesas) financeiras	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Avante Veículos Ltda.	-	-	-	(1)	68	348	(68)	(348)	-	21	-	-
Borgato Serviços	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6	-	-
CS Brasil Frotas	7.815	30.192	(674)	(9.422)	-	4.251	-	(4.338)	-	881	-	33
CS Brasil participações	-	-	(5.601)	(499)	-	60.203	-	(60.203)	-	-	3.552	-
JSL S.A.	2	29	(473)	(7.507)	10.003	3.886	(10.003)	(3.856)	-	253	(471)	(709)
Mogipasses Comércio de Bilhetes Eletrônicos Ltda.	-	-	-	(979)	-	-	-	-	96	16	-	-
Mogi Mob Transporte de Passageiros Ltda.	-	-	-	-	51	-	(51)	-	1.072	-	-	-
Movida Locação de Veículos S.A.	-	-	(326)	(2)	-	-	-	-	-	5.086	(326)	-
Movida Participações S.A.	-	-	(2)	(23)	33	54	(33)	(54)	-	149	(2)	-
Original Distribuidora de Peças e Acessórios Ltda.	-	-	(37)	-	-	2.766	-	(2.766)	-	1	(37)	-
Original Veículos Ltda.	-	-	(134)	(2)	321	1.074	(321)	(1.074)	-	435	(134)	-
Ponto Veículos Ltda.	-	-	(12)	(21)	147	869	(147)	(870)	-	37	(12)	-
Quick Logística Ltda.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	248	-	-
Ribeira Empreendimentos Imobiliários Ltda.	-	-	(5.056)	(10.264)	-	-	-	-	-	-	-	-
Transrio Caminhões, Ônibus, Máquinas e Motores Ltda.	-	-	(220)	(115)	174	-	(174)	-	-	127	(220)	-
TPG Transporte de Passageiros Ltda.	-	-	-	-	-	-	-	-	145	-	-	-
Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A.	-	433	(32)	(15.418)	5	3.604	(5)	(3.604)	(821)	530	(853)	-
Outros (i)	-	-	-	(675)	-	-	-	-	-	(599)	-	-
Total	7.817	30.654	(12.567)	(44.928)	10.802	77.055	(10.802)	(77.113)	492	7.191	1.497	(676)

(i) Refere-se a serviços de consultoria tributária prestados por escritórios de advocacia tributária de membros dos Conselhos de Administração e Fiscal do Grupo Simpar, outras despesas e recuperação de despesas diversas

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

24.3 Transações ou relacionamentos com acionistas referentes à arrendamento de imóveis

A Empresa mantém contratos de locação de imóveis operacionais e administrativos com a parte relacionada Ribeira Imóveis Ltda. ("Ribeira Imóveis"), empresa sob controle comum. O valor dos aluguéis pagos no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 5.056 (R\$ 10.264 em 31 de dezembro de 2019). Os contratos têm vencimentos até 2027.

24.4 Centro de serviços administrativos

A Empresa, com o objetivo de melhor distribuir os gastos comuns entre as empresas usuárias de serviços corporativos, efetua os respectivos rateios, de acordo com critérios definidos por estudos técnicos apropriados e sobre estes gastos compartilhados na mesma estrutura e *BackOffice*. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, o montante relativo à recuperação de despesas efetuado pela Empresa foi de R\$ 7.842 (R\$ 7.016 em 31 de dezembro de 2019). Não é cobrada taxa de administração ou aplica margem de rentabilidade sobre os serviços prestados repassando somente os custos.

24.5 Remuneração dos administradores

A Administração da Empresa é composta pela Diretoria Executiva, sendo que a remuneração dos executivos e administradores, inclui todos os benefícios, os quais foram registradas na rubrica "Despesas administrativas", e estão resumidas conforme a seguir:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Remuneração fixa	(1.080)	(948)
Remuneração variável	(1.412)	(826)
Benefícios	(37)	(25)
Remuneração baseada em ações	(85)	(311)
Total	<u>(2.614)</u>	<u>(2.110)</u>

Os administradores estão incluídos no plano de remuneração baseado em ações da controladora indireta Simpar S.A. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, foram exercidas opções de ações pelos administradores conforme mencionado na nota explicativa 25.2.

A Administração não possui benefícios pós-aposentadoria nem outros benefícios relevantes de longo prazo.

24.6 Transações garantidas pela Empresa para sua parte relacionada JSL

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi aprovada a outorga de garantia fidejussória pela Empresa à JSL, no âmbito da sua 12ª emissão de debentures, no valor de R\$ 600.000 e incidência de juros remuneratórios correspondentes a 124% do CDI. Em 31 de dezembro de 2020 o valor dessa debênture na JSL é de R\$ 557.162 (R\$ 592.536 em 31 de dezembro de 2019).

25 Patrimônio líquido

25.1 Capital social

O capital social da Empresa, mantido pela CS Brasil Participações com 99,99% das quotas, totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 595.714, dividido em 595.714.248 quotas, sem valor nominal (R\$ 512.714 em 31 de dezembro de 2019 mantido pela ex-controladora JSL com 99,99% das quotas dividido em 512.714.248 quotas, sem valor nominal).

	<u>Valor</u>	<u>Quotas</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	508.108	508.107.735
Aumento de capital (i)	14.433	14.433.000
Cisão Quotaí	(9.827)	(9.826.487)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	512.714	512.714.248
Aumento de capital (ii)	83.000	83.000.000
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>595.714</u>	<u>595.714.248</u>

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (i) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 a Empresa teve um aumento de capital com ativo imobilizado decorrente do aporte de capital da controladora CS Brasil Participações.
- (ii) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 a Empresa teve um aumento de capital na importância de R\$ 83.000 mediante a criação de 83.000.000 quotas sociais, com valor nominal de R\$ 1,00 cada uma.

25.2 Reserva de capital

a) Transações com pagamento baseado em ações

A Empresa concedeu plano de pagamento baseados em ações com subscrições de ações da Simpar a administradores e empregados da Empresa, cujas premissas e modelos utilizados para estimar o valor dessas ações estão divulgadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Simpar. Os valores apropriados relativos ao período de aquisição dos direitos são alocados ao resultado do exercício em contrapartida das reservas de capital. Eventuais cancelamentos de outorga são revertidos das mesmas reservas de acordo com o CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações.

Esses planos de pagamento baseado em ações são gerenciados pelo Conselho de Administração do Grupo Simpar e são compostos da seguinte forma:

i. Planos de opções de ações:

A Empresa possui plano de opção de compra de ações com subscrições de ações da controlada indireta Simpar determinadas a administradores e empregados da Empresa, cujas premissas e modelos utilizados para estimar o valor dessas ações estão divulgadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da controladora indireta Simpar. Os valores apropriados relativos ao período de aquisição dos direitos são alocados ao resultado do exercício em contrapartida das reservas de capital. Eventuais cancelamentos de outorga são revertidos das mesmas reservas de acordo com o CPC 10 (R1).

Os critérios estabelecidos são: (i) outorga de opções de ações para administradores, empregados em posição de comando e pessoas naturais que prestem serviços à Empresa para cada categoria de profissionais elegíveis, definindo livremente, com base na Eleição de Beneficiários do Plano de Outorga; (ii) quantidade de ações que poderão ser adquiridas por cada um com o exercício das opções; e (iii) a condição para exercício é baseada na permanência dos profissionais elegíveis na Empresa durante o período de aquisição de direito.

Os Planos são calculados com base na média da cotação das ações na B3, ponderada pelo volume de negociação nos 30 (trinta) últimos pregões anteriores do ano anterior da data de concessão, exceto pelo 2º lote do plano II que é calculado e apurado com base no último balanço aprovado pela Empresa, que deverá ser corrigido pela variação de 100% do CDI, desde a data da outorga das opções, até a data do efetivo pagamento à Empresa do preço de exercício pelo beneficiário.

O valor das opções é estimado na data de concessão, com base no modelo *Black-Scholes* de precificação das opções que considera os prazos e condições da concessão dos instrumentos.

As opções outorgadas nos planos vigentes poderão ser exercidas, desde que observados os períodos de aquisição e exercício definidos nos contratos de outorga, e suas características estão indicadas nas tabelas a seguir:

Plano	Ano de outorga	Quantidade de opções	Tranche	Preço do exercício	Valor justo da opção na data da outorga	Volatilidade	Taxa de juros livre de risco	Dividendos esperados	Vida da opção	Período de aquisição	Prazo do exercício
VII	2017	5.208	1	9,03	8,51	42,31%	11,02%	0,00%	5,2 anos	01/04/2017 a 01/04/2020	04/2020 a 06/2022
VII	2017	5.208	2	9,03	8,51	42,31%	11,15%	0,00%	5,2 anos	01/04/2017 a 01/04/2021	04/2020 a 06/2022
VII	2017	10.415	3	9,03	8,5	42,31%	11,30%	0,00%	5,2 anos	01/04/2017 a 01/04/2022	04/2020 a 06/2022

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Movimentação durante os exercícios

A tabela a seguir apresenta a quantidade e a média ponderada do preço de exercício e o movimento das opções de ações durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

	Quantidade de opções de ações			Opções de ações em circulação	Preço médio do exercício (R\$)
	Outorgadas	Canceladas	Exercidas		
Posição em 31 de dezembro de 2018	80.321	-	-	80.321	9,36
Outorgas concedidas 2019	-	-	(36.671)	(36.671)	10,18
Posição em 31 de dezembro de 2019	80.321	-	(36.671)	43.650	9,07
Transferência de administradores (i)	135.571	-	-	135.571	9,07
Transferências aos beneficiários	-	-	(75.319)	(75.319)	10,18
Outorgas canceladas	-	(78.344)	-	(78.344)	11,93
Posição em 31 de dezembro 2020	215.892	(78.344)	(111.990)	25.558	10,06

(i) Conforme reestruturação do Grupo Simpar, parte dos administradores que estavam registrados na JSL, foram transferidos para CS Brasil Transportes.

ii. Plano de ações restritas e *matching*

No dia 22 de outubro de 2018, por meio de Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas aprovaram o plano de ações restritas que consiste na entrega de ações da Simpar (ações restritas) a colaboradores da Empresa de até 35% do valor de remuneração variável dos beneficiários a título de bônus, em parcelas anuais por quatro anos. Adicionalmente, os colaboradores poderão, a seu exclusivo critério, optar pelo recebimento de uma parcela adicional do valor de remuneração variável a título de bônus em ações da Simpar, e caso o colaborador opte por receber ações, a Simpar entregará ao colaborador 1 ação de *matching* para cada 1 ação própria recebida pelo colaborador, dentro dos limites estabelecidos no programa. A outorga de direito ao recebimento de ações restritas e ações *matching* é realizada mediante a celebração de Contratos de Outorga entre a Simpar e o colaborador. Assim, o Plano busca (a) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Simpar e suas controladas; (b) alinhar os interesses dos acionistas da Simpar S.A. e das suas controladas aos dos colaboradores; e (c) possibilitar à Simpar e às suas controladas atrair e manter a elas vinculados os Beneficiários.

Para cálculo do número de ações restritas a serem entregues ao colaborador, o valor líquido auferido pelo colaborador será dividido pela média da cotação das ações da Simpar na B3, ponderada pelo volume de negociação nos 30 (trinta) últimos pregões anteriores à cada data de aquisição dos direitos relacionados às ações restritas.

As ações restritas e *matching* outorgadas serão resgatadas somente após os prazos mínimos estipulados pelo plano e conforme suas características indicadas nas tabelas a seguir:

Plano	Ano de outorga	Qtde. de ações	Tranche	Preço do exercício	Valor da ação na data da outorga	Valor justo da ação na data da outorga	Volatilidade	Taxa de juros livre de risco	Dividendos esperados	Vida do plano de ações restritas	Período de aquisição	Data de transferência
I	2018	5.604	3	R\$ 0,00	8,12	7,68	41,16%	5,82%	2,22%	5 anos	23/04/2018 a 24/04/2021	01/04/2021
I	2018	5.603	4	R\$ 0,00	8,12	7,68	41,16%	5,82%	2,22%	5 anos	23/04/2018 a 24/04/2022	01/04/2022
II	2019	18.252	2	R\$ 0,00	6,52	6,17	41,16%	5,82%	2,22%	5 anos	02/05/2019 a 01/05/2021	01/04/2021
II	2019	18.252	3	R\$ 0,00	6,52	6,17	41,16%	5,82%	2,22%	5 anos	02/05/2019 a 01/05/2022	01/04/2022
II	2019	18.250	4	R\$ 0,00	6,52	6,17	41,16%	5,82%	2,22%	5 anos	02/05/2019 a 01/05/2023	01/04/2023

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Movimentação durante o exercício

A tabela a seguir apresenta a quantidade e o movimento das ações restritas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

	Quantidade de ações				Preço médio do exercício (R\$)
	Direitos de ações outorgadas	Canceladas	Exercidas	Opções de ações em circulação	
Posição em 31 de dezembro de 2018	22.415	-	-	22.415	8,12
Outorgas concedidas 2019	73.006	-	-	73.006	6,52
Posição em 31 de dezembro de 2019	95.421	-	-	95.421	6,90
Transferência de administradores (i)	56.170	-	-	56.170	6,52
Outorgas concedidas	29.079	-	-	29.079	8,12
Outorgas canceladas	-	(19.840)	-	(19.840)	6,81
Outorgas exercidas	-	-	(39.017)	(39.017)	6,75
Posição em 31 de dezembro de 2020	180.670	(19.840)	(39.017)	121.813	7,02

(i) Conforme reestruturação do Grupo Simpar, parte dos administradores que estavam registrados na JSL, foram transferidos para CS Brasil Transportes.

Foi contabilizado no resultado no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 o valor de R\$ 85 (R\$ 311 em 31 de dezembro de 2019) na rubrica de “Despesas administrativas” a título da remuneração pelos planos de pagamentos baseados em ações, e o saldo acumulado na conta de reserva de capital referente a esses planos no patrimônio líquido é de R\$ 1.106 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 1.021 em 31 de dezembro de 2019).

25.3 Reserva da lucros

Distribuição de lucros e juros sobre capital próprio

Os juros sobre capital próprio são calculados sobre as contas do patrimônio líquido, exceto reservas de reavaliação não realizada, ainda que capitalizada, aplicando-se a variação da taxa de juros de longo prazo (TLP) do período. O pagamento é condicionado à existência de lucros no exercício antes da dedução dos juros sobre capital próprio, ou de lucros acumulados e reservas de lucros.

Para fins das demonstrações das financeiras, os juros sobre capital próprio estão demonstrados como destinação do resultado diretamente no patrimônio líquido.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, não houve juros sobre capital próprio deliberado pelos quotistas são assim demonstrados. Os juros sobre capital próprio e os lucros distribuídos em 2020, estão demonstrados a seguir:

	31/12/2020
Lucro líquido do exercício	14.139
Lucros distribuídos	(55.000)
Juros sobre capital próprio	(7.379)
Total destinação do resultado	(62.379)

O saldo da reservas de lucros em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 30.166 (R\$ 78.406 em 31 de dezembro de 2019).

25.4 Ajustes de avaliação patrimonial

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Empresa tem registrado na rubrica de ajustes de avaliação patrimonial o montante de R\$ 2.174, decorrente do ganho na venda da participação de 64.803.261 “Quotas” da CS Frotas ocorrida em 30 de dezembro de 2019, conforme nota explicativa 12.1 (ii).

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

26 Receita líquida de locação, prestação de serviços e venda de ativos utilizados na prestação de serviços

a) Fluxos de receitas

A Empresa gera receita principalmente pela prestação de serviços, locação e venda de ativos desmobilizados.

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Receita de prestação de serviços (a)	89.231	103.947
Receita de locação (b)	253.843	280.900
Receita líquida de locação e prestação de serviços	343.074	384.847
Receita de venda de ativos desmobilizados (a)	89.099	130.641
Total da receita líquida	432.173	515.488

(a) Reconhecimento de receita de acordo com CPC 47 - Receita de contrato com cliente.

(b) Reconhecimento de receita de acordo com CPC 06 (R2) - Arrendamentos

Abaixo apresentamos a conciliação entre as receitas brutas para fins fiscais e a receita apresentada nas demonstrações de resultado do exercício:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Receita bruta	486.284	578.937
Menos:		
Impostos sobre vendas	(53.642)	(63.431)
Devoluções	(469)	(18)
Receita líquida total	432.173	515.488

b) Desagregação da receita de contrato com cliente

Na tabela seguinte, apresenta-se a composição analítica da receita de contrato com cliente das principais linhas de negócio e época do reconhecimento da receita. Ela também inclui a conciliação da composição analítica da receita com os segmentos reportáveis da Empresa.

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Receita de transporte de passageiros	37.213	56.247
Receita de limpeza e coleta urbana	51.495	47.700
Receita de locação	253.843	280.900
Outras	523	-
Receita líquida de venda, locação e prestação de serviços	343.074	384.847
Receita de venda de ativos desmobilizados	89.099	130.641
Receita líquida total	432.173	515.488
Tempo de reconhecimento de receita		
Produtos e serviços transferidos em momento específico no tempo	126.312	186.888
Produtos e serviços transferidos ao longo do tempo	305.861	328.600
Receita líquida total	432.173	515.488

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

27 Gastos por natureza

As informações de resultado da Empresa são apresentadas por função. A seguir está demonstrado o detalhamento dos gastos por natureza:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Custo / despesas com frota (iv)	(15.774)	(19.549)
Custo de vendas de ativos desmobilizados	(89.874)	(137.374)
Pessoal e encargos	(134.560)	(150.206)
Depreciação e amortização	(68.140)	(64.320)
Peças, pneus e manutenções	(29.759)	(27.509)
Combustíveis e lubrificantes	(28.305)	(38.036)
Reversão (provisão) para demandas judiciais e administrativas	(6.445)	271
Prestação de serviços	(14.029)	(14.827)
(Provisão) reversão de perdas esperadas (“impairment”) de contas a receber	(1.575)	474
Energia elétrica	(1.118)	(816)
Aluguel de veículos, máquinas e equipamentos (ii)	(9.844)	(27.960)
Recuperação de PIS e COFINS (i)	19.097	15.971
Crédito de impostos extemporâneos (iii)	5.291	11.222
Outros custos	(26.623)	(19.256)
	<u>(401.658)</u>	<u>(471.915)</u>
Custo de locação e prestações de serviços	(286.462)	(326.259)
Custo de venda de ativos desmobilizados (iv)	(89.874)	(137.374)
Despesas administrativas	(23.282)	(20.682)
Despesas comerciais	(1.737)	(3.013)
(Provisão) reversão de perdas esperadas (“impairment”) de contas a receber	(1.575)	474
Outras despesas operacionais	(7.973)	(10.562)
Outras receitas operacionais	9.245	25.501
	<u>(401.658)</u>	<u>(471.915)</u>

- (i) O Créditos de PIS e COFINS sobre aquisição de insumos e encargos de depreciação registrados como redutores dos custos dos produtos e serviços vendidos, para melhor refletir as naturezas dos respectivos créditos e despesas.
- (ii) Inclui saldo de alugueis de veículos leves, máquinas e equipamentos utilizados nas operações. Não foram classificadas como arrendamentos operacionais por possuírem contratos cujo prazo de arrendamento se encerram dentro do exercício.
- (iii) Durante o exercício de 2020, a CS Brasil Transportes reconheceu créditos extemporâneos relacionados a INSS de R\$ 2.587 relativos a determinadas verbas trabalhistas pacificadas em decisões judiciais, e sobre descontos efetuados da remuneração de empregados. Também reconheceram R\$ 2.704 de créditos de PIS e COFINS sobre despesas consideradas insumos, essenciais e relevantes em suas operações. A Administração amparada por seus assessores jurídicos considera esses créditos adequados de acordo com a legislação e jurisprudência jurídica.
- (iv) Inclui despesas com IPVA, manutenções, pedágios de frotas utilizadas nas operações.

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

28 Resultado financeiro

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Receitas financeiras		
Aplicações financeiras	2.984	4.489
Receita de variação monetária	4.652	449
Juros recebidos	364	170
Outras receitas financeiras	857	19
Receita financeira total	<u>8.857</u>	<u>5.127</u>
Despesas financeiras		
Despesas do serviço da dívida		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(10.367)	(9.583)
Juros e encargos bancários sobre arrendamentos a pagar	(4.423)	(3.594)
Juros de risco sacado	(779)	(111)
Despesas bancárias	(1.080)	(521)
Despesa total do serviço da dívida	<u>(16.649)</u>	<u>(13.809)</u>
Juros sobre arrendamentos por direito de uso	(1.924)	(2.650)
Outras despesas financeiras	(1.612)	(1.043)
Despesa financeira total	<u>(20.185)</u>	<u>(17.502)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(11.328)</u>	<u>(12.375)</u>

29 Arrendamento operacional

29.1 Empresa como arrendadora

A Empresa possui contratos de prestação de serviços que são classificados como arrendamento operacional, com prazos de vencimentos até 2025. Esses contratos normalmente duram de 1 (um) a 5 (cinco) anos, com opção de renovação após esse período. Os recebimentos de arrendamento são reajustados por índices de inflação, para refletir os valores de mercado.

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 31 de dezembro de 2020, os recebimentos futuros de arrendamentos são como segue:

	<u>Até 1 ano</u>	<u>De 1 a 2 anos</u>	<u>De 2 a 3 anos</u>	<u>De 3 a 4 anos</u>	<u>De 4 a 5 anos</u>	<u>Total</u>
	360.148	349.303	277.409	189.096	64.688	1.240.644
Total	360.148	349.303	277.409	189.096	64.688	1.240.644

30 Informações suplementares dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa, pelo método indireto, são preparadas e apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

30.1 Aquisições que não afetam os fluxos de caixa

A Empresa faz aquisições de veículos para renovação e expansão de sua frota e, parte destes veículos não afetam o caixa por estarem financiados, abaixo estão demonstradas essas aquisições sem efeito de saída de caixa:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Total das adições do imobilizado no exercício (nota 13)	155.503	227.757
Aquisições de imobilizado por arrendamentos a pagar, Finame e risco sacado a pagar – montadoras	(53.652)	(105.161)
Adições de arrendamentos por direito de uso (nota 13)	(11.047)	(11.309)
Saldo das adições liquidadas com fluxos de caixa	90.804	111.287
Varição no saldo de fornecedores, montadoras de veículos a pagar e <i>reverse factoring</i>	5.728	(30.345)
Aporte de capital com ativo imobilizado (nota 25.1)	-	(14.433)
Cisão (aporte) de capital por meio de bens	-	3.557
	<u>96.532</u>	<u>70.066</u>
Demonstrações dos fluxos de caixa:		
Imobilizado operacional	71.465	12.343
Imobilizado	25.067	57.723
Total	<u>96.532</u>	<u>70.066</u>

Outras transações que não afetaram o caixa

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Aporte de capital em investidas com títulos de contas a receber (nota 12.1)	-	(29.827)
Adoção inicial CPC 06 (R2)	-	(38.482)

30.2 Classificação de juros sobre capital próprio e lucros como atividades de investimento e financiamento

A CS Brasil Transportes classifica os lucros e juros sobre o capital próprio recebidos ou pagos como fluxo de caixa das atividades de investimento ou financiamento, respectivamente, com o objetivo de evitar distorções nos seus fluxos de caixa operacionais em função do caixa proveniente destas operações. Os juros sobre capital próprio e lucros recebidos ou pagos são classificados como fluxo de caixa nas atividades de investimento como retorno sobre os investimentos que a Empresa possui ou como atividades de financiamento, pois considera-se que se referem aos custos de obtenção de recursos financeiros.



KPMG Auditores Independentes

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Quotistas da

CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.

Mogi das Cruzes - São Paulo

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda. ("Empresa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

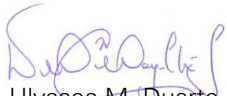
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 01 de abril de 2021

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



Ulysses M. Duarte Magalhães
Contador CRC RJ-092095/O-8